



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 36

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

1.ª Reunião em 27/11/2015

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite, Secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, e pela Vogal Mónica Filipa Cristovão Gomes, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, António dos Santos Costa, Henrique da Rocha Vieira, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão faltou o Segundo Secretário da Mesa Jorge Carvalho Arroiteia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21.00 horas).

Não estiveram presentes os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, e Maria Cristina Regales de Jesus Pires, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e Anabela de Almeida Saraiva.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins e Antero Marques dos Santos, se

fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva da Silva e Miguel António Costa da Silva, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, e João Condinho Vargas, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 15SET15 a 23NOV15;**
- Ponto 2. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento CMA 2016;**
- Ponto 3. – Apreciação e votação da proposta de Atualização das taxas – RUMA e RMTOR;**
- Ponto 4. – Designação de um cidadão referido na alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, no seguimento da renúncia do anterior titular – votação.**
- Ponto 5. – Designação de um cidadão referido na alínea W) do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Aveiro, no seguimento da renúncia do anterior titular – votação;**
- Ponto 6. – Apreciação e votação de proposta recomendação - Implementação Orçamento Participativo.**

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰³ distribuídas, em tempo, por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 31 – Sessão Extraordinária em Setembro – Sessão realizada em 16-09-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 32 – Sessão Ordinária de Setembro – Sessão realizada em 18-09-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 33 – Sessão Extraordinária em Outubro – Sessão realizada em 15-10-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 34 – Segunda Sessão Extraordinária em Outubro – Sessão realizada em 30-10-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Continuado, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ nos termos regimentais deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

(Deu entrada na sala a Vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁵

“Exmo Senhor Presidente, Exmos. Senhores deputados. Após um longo período de recusa em cumprir a Constituição, o Presidente da República decidiu finalmente remover o governo PSD/CDS. O Presidente da República indigitou António Costa para primeiro-ministro, conduzindo à tomada de posse dum governo do PS. Cinquenta dias depois põe termo à crise que ele próprio criou em desrespeito da vontade da Assembleia da República e dos deveres constitucionais. Fá-lo, e é preciso sublinhá-lo, não escondendo, quer pelos pressupostos quer pelos termos em que o faz, a sua manifesta contrariedade perante uma solução que até ao último momento tentou impedir.

Mais uma vez se confirmou que vale sempre a pena lutar. Luta dos trabalhadores e do povo que cavou o isolamento social do governo PSD/CDS, abriu o caminho para a sua derrota eleitoral e determinou a rejeição do seu programa e consequente queda. Luta que contou sempre com o papel imprescindível do PCP.

Luta que derrotou igualmente as manobras do Presidente da República: desde a indigitação apressada de Passos Coelho, mesmo sabendo-a à partida condenada ao fracasso; à sua comunicação de 23 de Outubro de enorme gravidade; às manobras para adiar deliberadamente a única saída constitucional a que estava obrigado; arrastando e deixando degradar a situação política; alimentando um clima de instabilidade e confronto institucional; encenando falsas soluções que o PSD e o CDS (e os seus comentadores de serviço) logo aproveitaram para análises catastrofistas e acusações torpes de golpe, de usurpação, de exigência de revisão da Constituição para realização imediata de novas eleições.

Desinformação, dislates e provocações que, ao mesmo tempo, serviram para desviar as atenções das dramáticas consequências destes quatro anos de governo: o embuste da devolução da sobretaxa; uma economia em estagnação e recessão que andou para trás mais de uma década; uma queda histórica dos rendimentos do trabalho; privatização de diversas empresas, entre as quais a TAP; uma nova vaga de nomeações de amigos para cargos da Administração Pública; encerramentos de empresas; acelerada degradação dos serviços públicos; amputação de direitos sociais; um País mais endividado; uma emigração ao nível da década de 60 do século passado; mais precariedade; mais desemprego e mais pobreza. E a negação a milhões de portugueses de condições de vida dignas.

Perante esta nova correlação de forças, o PCP tomou a iniciativa, de forma séria e empenhada, para procurar soluções indo ao encontro dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo, que tantas lutas travaram pela derrota definitiva do governo PSD/CDS.

Processo que, afirmando e garantindo a independência e identidade do Partido e não hipotecando os seus Projeto e Programa, permitiu identificar um conjunto de matérias onde é possível assegurar uma ação convergente, abrindo a possibilidade real de, entre outros, dar passos na devolução de salários e rendimentos, de repor complementos de reforma dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, de valorizar salários e travar a degradação continuada das pensões, de restituir parte das prestações sociais sujeitas à condição de recursos, de repor os feriadados retirados, de garantir melhores condições de acesso aos direitos à saúde e à educação, de fazer reverter os processos de concessão e privatização de empresas de transportes terrestres.

O PCP está consciente que este não será um governo para realizar a política patriótica e de esquerda que defendemos. Mas está criada uma nova situação com uma relação de forças na Assembleia da República que propicia melhores condições para dar resposta a problemas e aspirações. Uma situação em que se impõe prosseguir a luta pela rutura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda.

Nada obsta a que desde os primeiros dias desta nova legislatura se apresentem e aprovem um conjunto de diplomas que correspondam às novas condições institucionais para responder a direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo. É este objetivo que os trabalhadores e o povo, os democratas e patriotas, todos quantos querem assegurar o direito a um Portugal soberano deve prosseguir com a sua intervenção e luta. Um objetivo inseparável também da contribuição a que serão chamados para assegurar que nas eleições para Presidente da República se impeça que seja continuado o percurso de comprometimento com a política de direita e de confronto com a Constituição da República que PSD e CDS já preparam com o apoio ao seu candidato.

Aqui, na Assembleia Municipal de Aveiro, o PCP reafirma o seu compromisso com os trabalhadores, o povo e o País. O compromisso de sempre que o PCP renova, com a segura garantia do seu empenho em contribuir, sem prescindir da sua independência ideológica e política, para assegurar para Portugal um rumo de desenvolvimento económico, progresso social e independência nacional.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁰⁶

Vogal Santos Costa (JPA)⁰⁰⁷

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁸

Vogal Arminda Correia (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Boa noite ao Senhor Presidente da Câmara, às Senhoras e aos Senhores Vereadores, às Senhoras e aos Senhores deputados.

A bancada do PSD e do CDS, queriam assinalar o “dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres”. Dizendo apenas muito singelamente: qualquer acto de violência que atente contra a integridade física, psicológica e moral de qualquer ser humano, merece veemente repúdio e tolerância ou atenuantes zero. Devemos, por isso, e porque hoje banalizamos comportamento e atitudes e linguagens enquadrados num quadro de relativismo moral e ético, qualquer configuração de violência material ou simbólica.

Desde logo a instrumentalização da realidade e formalização da mentira como discurso massificador e uniformizador de alguns pensamentos radicais, são veementemente por nós repudiados.

Gostava ainda de dizer, que, a violência contra as mulheres é uma violência contra a humanidade inteira. E por isso hoje pretendíamos fazer esse pedido de reflexão e pedido de não relativizarmos comportamentos, crenças, atitudes, que às vezes desculpa esse tipo de situações ou mesmo aquilo que deve ser dito 'crimes'. Obrigado.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰¹⁰

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Boa noite Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhores Vereadores. Na passada quarta-feira comemorou-se o 40.º aniversário do 25 de Novembro. Quarenta anos sobre uma data em que o país viveu quase numa completa anarquia governada e comandada a leste do Muro de Berlim, e em que se começou a voltar à normalidade democrática. Quarenta anos sobre o final do chamado PREC. Para muitos de nós que éramos demasiado jovens para perceber o que se passava (e se calhar alguns não eram nascidos) recordar um pouco o que se passou entre 25 de abril de 74 e 25 de novembro de 75. Foi um período em que se assistiu ao esbulho da propriedade privada, com nacionalizações e ocupações que em muitos casos apenas levaram a falências, desemprego, e diminuição da riqueza nacional. As perseguições que em bastantes casos culminaram em extradição não promulgada, a buscas e a detenções sem mandato, e a ameaças de pelotões de fuzilamento.

No 25 de novembro de 1975, militares moderados conseguiram começar a por a casa em ordem e com isso contaram com o apoio dos partidos a quem os portugueses tinham dado um sinal no que pretendiam para o futuro do seu país, nas primeiras eleições então realizadas.

Portugal encontrou então o rumo da normalidade e com as eleições legislativas e presidenciais e autárquicas que se realizaram a partir de 1976 a democracia consolidou-se definitivamente.

Quarenta anos depois do 25 de Novembro entende Partido Socialista que deixou de haver motivo para celebrar esta data na casa da democracia portuguesa!? Provavelmente para não melindrar os seus novos amigos ou quiçá por sugestão destes. Provavelmente porque para além dos três acordos políticos e outros tantos acordos técnicos que assinaram que são do conhecimento público, ainda haverá mais uns tantos acordos secretos destes e doutros pormenores e que com o tempo iremos sabendo. Mas como na casa da democracia aveirense ainda não estamos sujeitos aos caprichos das bancadas da extrema-direita (em relação à posição que me encontro neste hemiciclo). Entende o CDS/PP que o 25 de novembro de 75 tem de ser comemorado hoje e sempre que seja preciso para relembrar a alguns partidos o seu passado.

E para terminar nada melhor que fazê-lo com uma citação. «Passou na última 5.ª feira o 35.º aniversário do 25 de novembro. A maior parte dos leitores jovens desta breve crónica talvez não saiba sequer do que se trata. E no entanto é na história contemporânea de Portugal uma data tão importante para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista que hoje temos, como a revolução dos cravos. Não tenho nenhum gosto de levantar polémicas passadas, mas a verdade é que a memória histórica não deve ser esquecida. Sobretudo quando os responsáveis de termos estado à beira da guerra civil, o Partido Comunista e a Esquerda Radical (lembre-mos dos SUV e do Poder Popular), nunca fizeram uma autocritica à séria do seu comportamento passado, como lhes competia. Pelo contrário, continuam a pensar e às vezes a dizer que o 25 de Novembro foi uma contrarrevolução que impediu que Portugal fosse uma Cuba europeia. Onde estariam hoje os seus responsáveis e os seus herdeiros tivessem ganho?»

Seguramente não viveriam tão bem e em paz, como felizmente vivem. Mário Soares - revista de dezembro da Visão.»

(Deu entrada na sala o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹²

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁴

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁵

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰¹⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Sr. Presidente, muito obrigado. Duas notas, apenas sobre duas questões que acho que são importantes, sabendo que as outras mais estritamente ligadas à atividade municipal, abordarei no primeiro ponto.

Em primeiro lugar para saudar o Governo que partiu. Não exatamente o XX, já que o XX foi um Governo muito curto e fez asneiras — é inacreditável. Hoje estamos sem Directora Regional da Educação do Centro porque a Sra. Ministra, num dos disparates que fez em tão pouco tempo, foi anular o concurso. Alguns só contam a história das nomeações no seguimento do processo. O Governo conseguiu em tão pouco tempo fazer asneiras de um calibre inacreditável. Partilho esta que me parece particularmente grave dado o disparate envolvido de um Governo que já estava em gestão quando tomou tão bizarra decisão.

Mas saudar o XIX Governo, especialmente o Sr. Primeiro-ministro, o Sr. Vice Primeiro-ministro, pelo trabalho, pela excelência, por aquilo que conseguiram fazer pelo nosso país — agradecer-lhes tudo.

Agradecer também aquilo que nos ajudaram a fazer pelo nosso Município, sabendo que anotámos bem o que foi feito e temos bem anotado aquilo que não foi feito. A quem partiu fica esse agradecimento, de balanço positivo, tive oportunidade de o expressar vivamente a cada um deles. Deixar esta nota de justiça.

Em relação ao XX Governo dizer-vos que o último despacho do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Miguel Pinto Luz, em respeito ao nosso estimado nó, ao mais estimado nó que nós temos, obviamente, nó rodoviário. De facto, os últimos dois despachos do Secretário de Estado, Miguel Pinto Luz, foi a homologação do nosso contrato com a ASCENDI para autorizar, para licenciar, a ligação da Avenida das Agradas à A25. E o despacho conjunto com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território, Miguel Castro Neto, de aprovação do reconhecimento de interesse público que permite o chamado licenciamento ambiental. Foram os dois últimos despachos, foi in extremis que os conseguimos, mas finalmente estão produzidos e essa é que era uma das três grandes dificuldades que tínhamos para vencer e que nos levaram estes dois anos para conseguir vencer; foi de facto vencida.

Demos além do mais nota pública e agradecimento público aos dois Secretários de Estado envolvidos, sabendo que não tínhamos noção, até há duas semanas, que era preciso envolver o Secretário de Estado que tutela os Transportes, foi uma novidade que apareceu no percurso. Como sabem, falámos aqui tantas vezes disto e nunca eu falei no Secretário de Estado dos Transportes, mas surgiu uma nota de necessidade formal, com a nossa discordância, mas, enfim, é a vida, destes dois despachos para podermos

resolver essas duas componentes: homologar o contrato Câmara/ASCENDI e ter despacho conjunto do Secretário de Estado dos Transportes com o do Ordenamento por causa do licenciamento ambiental e do reconhecimento de interesse público.

Em relação ao novo Governo desejar felicidades, sucesso. É um governo de coligação entre o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda. Saudar, como já o fiz, o nosso Primeiro-ministro António Costa e os dois ministros sem pasta, a ministra Catarina Martins e o ministro Jerónimo de Sousa. É assim que eu gerirei este Governo. Mas dizer com clareza, fá-lo-ei como Presidente de Câmara, como Presidente da Comunidade Intermunicipal, como Vice-Presidente da ANMP, com a máxima respeitabilidade, com trabalho de equipa, para que eu nas minhas competências os ajude a governar bem o país e eles nas suas competências me ajudem a governar bem o Município de Aveiro. É com a maior respeitabilidade institucional, independentemente de outras perspectivas políticas e preocupações, que as tenho, que a partir de ontem trabalharemos com o novo Governo. Sabendo que, e dizer isto com clareza, tenho o mais elevado auto de fé em relação aos nossos membros mais próximos: o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, meu muito estimado colega até ontem ou até anteontem, o Carlos Miguel, ex-Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, um excelente autarca, um grande amigo, como lhe disse na mensagem que lhe mandei “que sejas feliz no teu exercício e que nos ajudes a resolver os muitos problemas que tão bem conheces”. O meu SMS é tão simples e ele respondeu prontamente a agradecer e a dizer “obrigado e conta comigo”.

Portanto dar este auto de fé ao novo Secretário de Estado. E também ao Sr. Ministro-Adjunto que vai ter a tutela do Poder Local, o Ministro Eduardo Cabrita, que é um profundo conhecedor de todas estas matérias, que é foi um excelente Secretário de Estado de um ministro muito difícil quando ele esteve na pasta. Relembro que o Ministro, quando ele teve a pasta, era o ministro António Costa. Um Ministro muito difícil mas que não retirou uma prestação de nível muito alto ao Secretário de Estado Eduardo Cabrita. Portanto esse é o testemunho que tenho de muitos trabalhos que fizemos na altura e tinha que dar esta nota.

É com um auto de fé muito alto no nosso Ministro e no nosso Secretário de Estado, no que respeita à área da governação que conosco mais trabalha, na tutela do Poder Local que partimos para esta nova fase desta nova vida em que temos que adaptar a nossa forma de olhar para tantas coisas da democracia, dos atos formais, da lógica mais intensa da vida política e da nossa própria lógica porque até aqui quem tanto criticou, tem agora uma grande oportunidade para ajudar, para darem uma ajuda a resolver problemas que são muito difíceis porque a nossa Câmara continua numa situação muito difícil e a ajuda de todos é muito importante e muito necessária para prosseguirmos o nosso caminho que já tem recuperações objetivas, visíveis, mensuráveis, mas que tem ainda muito para fazer.

Todos os dias são importantes e todos os parceiros e o Governo da Nação é sempre um importante parceiro na gestão de uma Câmara Municipal, tem aqui um papel muito importante.

Deixar esta perspectiva muito clara da nossa atitude ativa, pronta, séria, interventiva, lutadora, exigente, com qualquer Governo da Nação. Partiram dois rapidamente, estamos a receber um, e obviamente trabalharemos com a mais elevada lealdade institucional, mesmo nas circunstâncias em que a diferença sobre perspectivas políticas seja absoluta como é em tantas matérias mas isso nunca ferirá a lealdade institucional entre uma câmara municipal, neste caso a nossa, e o governo do nosso país.

Queria também ter uma palavra e agradecer muito a intervenção do Prof. Henrique Diz sobre esta matéria dos atentados, para vos dar apenas um testemunho. Na próxima

semana é dia de plenário do Comité das Regiões, do qual sou membro. O Comité em Bruxelas e Bruxelas, embora não esteja numa situação de emergência como está toda a França, também está com um conjunto de medidas muito fortes para gerir a segurança dos cidadãos. Lá estaremos e espero que falte pouca gente ou ninguém, como é normal nas poucas reuniões que fazemos; o plenário do Comité reúne cinco vezes por ano, portanto são poucas as reuniões plenárias e esta é a última do ano. Embora partilhar convosco esta dor. Eu espero, todos nós cidadãos e responsáveis que somos pela gestão do nosso espaço europeu, no caso, que sejamos mais exigentes com os nossos líderes. Devo dizer que desde os atentados ao Charlie Hebdo que as instalações comunitárias são guardadas, cada edifício, por dois soldados do exército belga. O nosso humilde edifício do Comité das Regiões é, como os outros, guardado por dois soldados desde o atentado ao Charlie Hebdo. Não sei se para a semana se manterão os mesmos dois ou se estarão mais outros dois ou vinte, não faço ideia. Sei que as medidas que já recebemos por email do Gabinete de Segurança dos Órgãos da União são pesadíssimas e temo que ter um conjunto de cuidados e de novos mecanismos de controlo que nos fizeram chamar a atenção para aquilo que normalmente demoraria quinze segundos a transpor para chegarmos da porta da entrada até à nossa sala, tem agora a referência de poder demorar até um quarto de hora, para que toda essa tramitação esteja feita. Somos quinhentas pessoas, teremos que nos organizar para que o atraso da reunião não seja muito relevante. Mas o que é relevante é que continuamos a não aprender com a história e com o presente. O que é relevante é que estão lá dois soldados à porta há um ano por atos muito graves; entrar num jornal e disparar indiscriminadamente é muito grave. Este é muito grave, poderemos achar ser mais grave ou menos grave, é seguramente estúpido estarmos a discutir isso, é tudo igualmente muito grave. E também nem sequer podemos medir pelo número de pessoas porque os atentados de Madrid, na estação de Atocha, há uns anos, mataram mais. O que é importante é que nós, europeus, apanhemos juízo, é que nós, europeus, deixemos um pacifismo estúpido que nos está a destruir e possamos ser livres, mas sermos livres com responsabilidade para tomarmos conta daqueles cidadãos que querem viver connosco mas querem atentar contra a nossa liberdade. Este exercício que o país, com as devidas aspás, mais livre da Europa está a fazer, a França, com três meses de Estado de Emergência, com um pedido de revisão da Constituição para conseguir uma coisa simples: que a lei não seja um problema para a ordem; que a lei não seja um problema para a liberdade; porque há uma fronteira entre a liberdade e a libertinagem. Nós, com as fracas leis, com os frágeis mecanismos da justiça, de regular a marginalidade, baralhámos muito estes dois conceitos da liberdade e da libertinagem. Como membro do Comité das Regiões já sabemos o tema das reuniões preparatórias, o tema principal é este, o tema da primeira fase do plenário é este. De facto, de uma vez por todas, ao lado dos discursos haja medidas concretas, objetivas, que nos defendam, sabendo que, como no futebol, na vida e nos territórios, para defender é também preciso atacar; quem joga sempre à defesa só tem duas hipóteses, ou empata ou perde. Nunca ninguém a jogar à defesa ganha seja o que for. Na gestão do futebol como na gestão dos territórios é muito importante que nós possamos ser atores ativos de uma Europa livre, democrática, aberta, multicultural, mas com sentido de responsabilidade na defesa dos seus valores, dos seus cidadãos, com capacidade legal de agir, com capacidade para as autoridades poderem cumprir o seu papel tão importante, tão capitalmente importante, de regular os comportamentos e agir com prontidão em relação àqueles que querem viver connosco sem respeitar os valores que todos assumimos de forma muito viva, independentemente de olharmos a vida e de vivermos a política num espectro mais à direita, mais ao centro, ou mais à esquerda. Julgo que nestas matérias estamos todos de acordo. É bom é que olhemos, e não é preciso olhar há muitos anos, olhemos aos últimos

três ou quatro, e vejamos que é mesmo preciso tomar medidas diversas, muito diversas, e fazermos algo que baixe a probabilidade de haver mais tragédias, haverá sempre uma ou outra, mas que baixe a probabilidade de nós continuarmos um processo progressivo de destruição destes valores que nós, cidadãos europeus, tanto gostamos de cuidar. Mas mais do que isso temos a responsabilidade de honrar esses valores porque os recebemos dos nossos pais, das nossas mães, que tanto sofreram para os conquistar. Temos a responsabilidade de os valorizar para os passar com um nível de fortaleza mais alto possível para os nossos filhos. Essa é uma responsabilidade que não podemos alienar e que vale, seguramente, o risco das nossas vidas para que a deles possa ser mais segura e mais capaz do que o que nós queremos para a nossa própria vida.”

Ponto 1. – Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 15SET15 a 23NOV15.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu⁰²⁰ a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

“Sr. Presidente, muito obrigado. Duas referências principais que gostaria de destacar nesta intervenção de introdução sobre a atividade municipal deste período de cerca de dois meses, muito intenso. A nota principal vai para o que escolhemos como primeiro ponto que também é uma nota de balanço sobre estes dois anos de mandato autárquico, neste exercício começado a vinte e três de outubro de dois mil e treze. Entendemos que este é um balanço muito positivo, dum trabalho que tem uma simultaneidade de operações difícil e delicada, desde o colocar a casa em ordem; desde o reorganizar toda a estrutura de gestão e funcionamento da nossa Câmara Municipal e do universo de entidades que dela fazem parte; de nos pormos em ordem e de trabalharmos para nos pormos em ordem com a lei, a lei que nos mandou extinguir as empresas municipais que não extinguimos, a lei que nos manda cumprir limites de endividamento que ainda não cumprimos ou a lei que nos manda gastar aquilo que temos na tesouraria que também ainda não cumprimos em pleno. Portanto, foi um período muito importante para crescermos nesta capacidade de nos organizarmos, de nos capacitarmos no que respeita à nossa entidade e de nos colocarmos num caminho progressivo e o mais intenso possível de cumprimento total do quadro legal em que vivemos. Nesse processo enquadram-se os trabalhos da chamada reestruturação financeira, procurando com um vasto conjunto de medidas, umas de incidência e de consequência mais pequena, algumas delas com incidência e consequência financeira de monta relevante, termos já notas muito positivas da evolução da nossa condição financeira, neste dois anos, com aquela empreitada muito importante que realizámos nos primeiros quatro meses de dois mil e catorze que foi a auditoria interna para que desaparecesse do debate político do nosso município o valor da dívida. A matemática é o que é e andarmos a discutir, como andámos a discutir durante oito anos, qual é o valor é algo que não é útil. É importante que haja um valor, que tem que ser o valor da realidade, que todos o saibamos, que todos tenhamos consciência que esse é o valor, e, obviamente, trabalhemos no que respeita a esse valor

que é sempre mais simbólico da nossa situação, que é o valor da dívida total para que ele se vá reduzindo de forma intensa e de forma sustentada. O balanço que temos deste período já aponta para isso. Aliás, faz parte desta informação, na sua ponta final porque é um documento recente, o relatório do nosso Revisor Oficial de Contas que na sua análise sobre a evolução do primeiro semestre de dois mil e quinze, portanto fazendo aqui, no fundo, análises evolutivas em relação ao final de dois mil e catorze com o meados de dois mil e quinze, há indicadores financeiros e económicos do município com uma evolução positiva e, nalguns deles, sensacionalmente positivas. Obviamente que esses números estão a indicar bom caminho mas está um enorme caminho, com muitas pedras à nossa frente para percorrermos. Mas é muito importante começar bem, é capital começar bem, em qualquer operação. Esta componente mistura-se, obrigatoriamente, com o nosso programa de ajustamento municipal. É o programa que está na lei desde de setembro de dois mil e treze, a última versão, que é a que está em vigor, da Lei das Finanças Locais instituiu o FAM e em agosto de dois mil e catorze saiu a chamada lei regulamentadora que regulamentou o Fundo. Nós, Câmara Municipal de Aveiro, neste período, fomos sempre a primeira câmara do país a fazer tudo. A apresentar a candidatura ao Apoio Transitório de Urgência, a assinar o contrato do ATU, a ter visto no contrato do ATU, a aprovar formalmente o Programa de Ajustamento Municipal, a assinar os contratos do Programa de Ajustamento Municipal, a entregar ao Tribunal de Contas esses mesmos contratos para o devido visto, e hoje faltam seis dias para terminar o prazo para que o Tribunal profira a sua decisão, depois de termos tido o nosso prazo suspenso, por duas vezes, pelos dois ofícios que recebemos. Um primeiro com dezoito perguntas que mereceu uma resposta com um metro e meio de altura de papéis; não eram exatamente perguntas mas sim solicitações de informação adicional. O último, um ofício de sete perguntas que nos mereceu a devida resposta, embora já com uma altura não relevante, em termos de centímetros não chegava a meio. Estas duas situações, a primeira levou-nos a um tempo de resposta de duas semanas, não conseguimos fazer em menos tempo; a segunda levou-nos a um tempo de resposta de cinco dias. Portanto, foram os dois momentos em que o prazo se suspendeu nos termos legais. Neste momento o prazo entra em recontagem, se houver nova suspensão pois com certeza que procuraremos responder o mais rápido possível para levantar essa suspensão, se não existir o prazo termina no próximo dia sete de dezembro e aí saberemos qual será a decisão do Tribunal, uma de três. Aliás, se for no dia sete de dezembro, só saberemos uma de duas. Se há visto expresso ou se há chumbo ao visto, se nenhuma destas sair no dia sete alguns dias depois sairá uma outra que será o visto tácito, portanto não haverá decisão expressa e ficará para outro processo que muitas vezes é usado pelo Tribunal e que é o visto tácito; visar sem deliberação expressa. Esta componente é da maior importância; foi, é e será, da maior importância para a nossa vida que ocupou muito do trabalho, sempre misturado com muitas das medidas que na sua componente primeira do chamado reequilíbrio orçamental estão no programa e muitas delas já tomadas. Aliás, todas as medidas que nós temos no programa estão já implementadas.

À volta de tudo isto, em simultâneo com tudo isto, foram desenvolvidas múltiplas actividades, muitas actividades, em várias áreas: na educação, na cultura, no turismo, na juventude. Em muitas áreas houve uma atividade intensa, houve um contributo para que hoje o nosso município esteja melhor gerido, tenha melhor condição na qualidade das suas estradas, tenha melhor condição na qualidade dos seus espaços verdes, tenha melhor condição na sua programação cultural, tenha um crescimento turístico notável e seguramente com o nosso contributo mas com o contributo do Governo do país e em especial das nossas empresas que contribuem mais diretamente para a performance da

atividade económica do turismo e para a atratividade da cidade, do município e da região. E, obviamente, termos neste balanço positivo um incentivo e um estímulo para seguirmos este caminho de crescimento em todas estas componentes porque vamos ter que continuar a trabalhar em todas elas.

A segunda nota é para a área da educação, escolhemos um conjunto de pontos na área da educação porque, em primeiro lugar e sempre, este período do ano civil tem uma atenção mais centrada na educação por força do início do ano letivo. Nós temos hoje um arranque do ano letivo diferente, com operações de pequena monta de qualificação dos edifícios, com entrada em parque de um edifício muito importante, sofremos muito para que ele acontecesse, que é a nossa renovada e ampliada Escola Básica da Vera Cruz, e todo um conjunto de programas que estão, basicamente, concentrados no programa de ação educativa do município de Aveiro, o PAEMA, que tem no ano letivo dois mil e quinze – dois mil e dezasseis a sua primeira aparição numa aposta de trabalho com a comunidade educativa, trabalho planificado, trabalho integrado, assumindo no planeamento, mas especialmente na ação, que a educação é objetiva e verdadeiramente uma prioridade absoluta, a primeira das prioridades como gostamos de referenciar. Esta forma e este conjunto de instrumentos que estão, neste momento, a ser manuseados no arranque deste ano letivo queremos qualificá-los, aumentar a capacidade da comunidade no seu conjunto, em primeiro lugar começando pela própria Câmara, para podermos conseguir nesta área tão importante e tão capital um crescimento qualitativo absolutamente imparável. É isto que queremos continuar a fazer.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara. Eu procuraria dividir a minha intervenção em dois aspetos. Um primeiro sobre uma apreciação aqui a este documento e o segundo sobre três questões que eu gostaria de colocar aqui ao Senhor Presidente, na esperança naturalmente que ele consiga sanear a dúvida.

Senhor Presidente de Câmara em relação a este documento e à formulação com que ele se apresenta logo no seu ponto primeiro referindo que chega a meio mandato, portanto “dois anos de verdadeira, necessária, útil, e muito positiva mudança”. Esta frase julgo que caracterizará aquilo que é a perspectiva extraordinária e de grande bonomia e falta de humildade da sua parte na observação daquilo que é a sua gestão autárquica.

Senhor Presidente de Câmara, desculpe a sinceridade, mas aquilo que é a sua apreciação e necessariamente como o faz, portanto é sempre neste sentido.

Já anteriores Presidentes de Câmara tinham assim uma capacidade muito grande em tecer qualquer exercício de autocritica. Mas a realidade é esta Senhor Presidente de Câmara, por exemplo o Boletim que apresentou, eu por acaso vi na internet, e foi interessante reparar o grande “dinamismo” que o Senhor Presidente de Câmara usou no Boletim de colocar fotografias suas em cada página!? E onde não coloca uma fotografia sua depois equilibra colocando mais que uma fotografia sua.

De facto é revelador de uma perspectiva que consideramos não ser a mais coincidente com aquilo que deve ser a atividade de um Presidente de Câmara.

Mas mais grave do que isso Senhor Presidente é as políticas. E realmente se nós observarmos aquilo que foi o documento de campanha eleitoral das 10 medidas para o primeiro ano de governação verificámos que (já o fiz aqui uma vez, volto a citar) ficaram por cumprir.

Da mesma forma que cremos, por parte do PCP, que as questões que realmente importantes, estruturais da vida económica da cidade, da vida cultural, desportiva, por aí fora, do município de Aveiro e da vida dos aveirenses, de facto estão muito longe da resolução. O Senhor Presidente sobre esse aspecto não faz qualquer pronúncia.

Aquilo que na opinião do PCP é a grande marca identitária deste mandato (e perdoa-me a franqueza) é uma tremenda insensibilidade social. Aquilo que os Senhores fizeram aqui foi de uma grande violência, reveladora de uma insensibilidade social muito difícil, numa altura em que os portugueses e o povo em geral e os aveirenses passam por um período muito conturbado.

Senhor Presidente de Câmara muitas considerações poderia fazer. Uma outra marca desta maioria foi terem tirado tempo de intervenção às minorias nesta Assembleia Municipal. E assim nos dois minutos que me restam, apenas lhe colocaria mais duas ou três questões.

A primeira uma chamada de atenção para uma situação sobre a qual a Câmara de Aveiro poderia intervir e interceder que se prende com extensão de Saúde de São Jacinto, da degradação das instalações (inclusive chove lá dentro).

Uma segunda questão, ainda sobre São Jacinto, que se prende com relatos e designadamente aos maus cheiros que da estação de tratamento das águas residuais da antiga SimRia. Sendo que há relatos de fuga de águas sujas para a praia daquela freguesia. Esta é uma situação que importa algum esclarecimento e sabermos como se pode intervir.

Terceira questão que lhe queria colocar no plano de desenvolvimento social que esta Assembleia discutiu já alguns meses, esse plano de desenvolvimento social previa inclusivamente a possibilidade da Câmara Municipal ter diligências no sentido de proporcionar apartamentos para os sem-abrigo do município de Aveiro no Inverno. Esta é uma situação que tem relevância, há o facto de aparentemente o número de sem abrigos até terem tido um ligeiro decréscimo. Isto é um facto positivo, sim senhor. Mas Senhor Presidente de Câmara que diligências está efetivamente a tomar?

Permita-me só voltar atrás numa coisa que me esqueci de dizer a propósito do Boletim Municipal. O Senhor Presidente de Câmara é um autarca experiente, conhecedor das leis, sabe que os Boletins Municipais têm uma obrigação legal de darem espaço também às oposições políticas (se quiser dou-lhe a disposição legal). Mas nós, pelo menos da nossa parte PCP não recebemos qualquer convite para participação no Boletim. Ficariamos agradecidos que pudesse ter essa atenção para a próxima. Tenho dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [023](#)

“Eu gostaria de me debruçar sobre uma declaração que acho que é bastante curiosa. Na comunicação do Presidente pode ler-se a determinada altura as seguintes palavras “ o país pode seguir pela esquerda ou pela direita, nós, município de Aveiro, seguiremos em frente a nosso bem e a bem da Nação”.

No ponto anterior foi feito o apelo à memória histórica. Também eu queria aqui fazer um apelo à memória histórica porque estas palavras podem ser facilmente confundidas com memória histórica que não é muito famosa para Portugal. Essa memória histórica remete-nos para antes de 74. Esta ideia que não há ideologias, há um caminho em frente, que é a bem da nação, que é comum a todos nós e portanto que não existe nenhum conflito.

Também aqui gostava de reavivar a memória — se bem que esta declaração também tem alguma amargura eventualmente pelos resultados e por aquilo que acabou por acontecer a nível da política nacional.

Mas gostava de pegar nesta frase para dizer o seguinte. Não é em frente que o Presidente vai. O Presidente vai mesmo à direita. A política de impostos agravados, e de os auferir sobre o rendimento do trabalho (taxa de IRS) e ao IMI ao não fazerem nenhuma alteração ao IMI. Bem sei que não é competência deste executivo, mas ao haver um governo da sua cor política que não quis obrigar os bancos a pagar os valores de IMI que deviam pagar das casas com que ficam — isso tudo é direita. São políticas clássicas que favorecem quem mais tem.

Em relação ao ponto 11 gostava de fazer-lhe a seguinte pergunta. É mencionado o regulamento interno no município de Aveiro e não traz grandes informações. Mas eu queria aproveitar esta oportunidade para perguntar se a Câmara de Aveiro que teimosamente decide não aplicar a 35 horas (e tem toda a liberdade para o fazer). O Tribunal Constitucional já declarou que era inconstitucional a intromissão do governo nos acordos coletivos de trabalho nas autarquias por violar a autonomia do poder local, portanto a autarquia vai manter as 40 horas numa iniciativa legislativa que é inconstitucional ou vai tomar uma iniciativa de bom senso como essa de remeter para as 35 horas como uma boa parte das autarquias já fazem.

No ponto 38 o destroçamento de árvores vai ser acompanhado de reposições de outra espécie? E só uma nota. Quando se fala de austeridade dizer que há várias formas de austeridade. No ponto 49 diz-nos que vai haver novas zonas de estacionamento a serem oneradas, designadamente a envolvente da piscina do sporting e o bairro da Gulbenkian. E finalmente uma nota para o ponto 6, onde pelo menos do ponto de vista do Bloco isto é uma tentativa de aproximar dos órgãos democráticos municipais, mas depois é com lamento que se veja (e até já apresentámos uma recomendação) que em relação ao orçamento participativo essa participação fica adiada indefinidamente. Portanto ter esta iniciativas e depois aquilo que é o espaço de decisão não dá espaço aos cidadãos eu penso que é má prática.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁴

Vogal Ernesto Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Boa noite a todos. Pois eu em relação à comunicação, como é meu apanágio, o que foi feito está feito, estou de acordo com a evolução que esta autarquia tem tido, após as dificuldades com que pegou nela. Quero dizer que estamos a dois anos de final do mandato e recuperaram-se 7,6 milhões de euros. Portanto julga-se que até final do mandato este número será certamente extrapolado e terá uma recuperação bastante maior que aquela que aqui temos. Portanto acho que é bastante positivo.

Uma das situações que eu já agora também queria assinalar é que realmente a nossa universidade continua com grande incremento. Universidade que é classificada internacionalmente por vários outros institutos, mas eu acho que continua a haver ali um erro crasso na nossa universidade.

A nossa universidade de Aveiro, por estar na cidade, tem de haver grandes uniões entre a Câmara e a Universidade. Isto é, a nossa Universidade tem 41 departamentos. Os departamentos que quase todos têm edifício próprio, nenhum deles se encontra assinalado para quem visita a nossa cidade. É lamentável. Uma pessoa quando procura um departamento qualquer e eu tenho casos de pessoas que querem ir ao departamento de Civil ou de Mecânica que tem que entrar, ou duas delas já entraram pelas portas de trás porque viram as máquinas e julgaram que deveriam ser essas as entradas para o departamento. Porque quando se passa na Alameda nada diz ou identifica os departamentos onde nos queremos dirigir.

Eu não sei se é a universidade que se quer esconder (o que acho que é um erro) ou se tem medo de alguma coisa. Bem sei que há legislação que proíbe sinalética nas paredes dos edifícios (porque são de autor) mas realmente é lamentável porque em qualquer parte do mundo um campus universitário é visitável por todos. E portanto colocar sinalética a indicar, quer para os estudantes ou não, acho que é urgente remodelarmos a situação. Já não é a primeira vez que falo deste assunto aqui.

Ainda não há muito tempo a Câmara arranjou a rua do Crasto e porque razão a universidade não se disponibilizou para fazer logo os passeios? A rua do Crasto está muito bem arranjada finalmente, mas é lamentável que não tenha um passeio, nomeadamente de quem vem de Verdemilho para Aveiro, que são tudo terrenos universitários, porque é que não foram feitos os passeios ali? Era chegar ali a um acordo para mais um metro e fazia-se o passeio. Aqueles são da universidade e em vez de ter aquela zona verde daquela dimensão podiam ter ali um passeio confortável para as pessoas — ainda por cima com as duas residências universitárias que lá estão novas que leva ali tantos alunos.

Seguidamente e falando na zona redundante, o estacionamento que se faz na universidade neste momento está um caos. Porque naquela zona ali que vai pra o Crasto não passam dois carros. Eu já tenho visto lá a policia a multar mas aquilo só fica bom quando a policia lá está, quando vêm embora voltam a lá pôr os carros. Temos que arranjar uma alternativa qualquer. Temos de ser rígidos porque aquela zona não pode ser para estacionar porque se os automóveis não passam o peão tem de ir para o meio da estrada. Portanto temos de tomar uma decisão sobre isso. Ah, mas já agora, o único documento que eu vejo que tem os departamentos assinalados foi o mapa da Rota da Luz editado há seis sete anos, que é o único que tem os departamentos assinalados, não conheço outro. Eu acho até interessante proporem um concurso aos projetistas dos edifícios e cada projetista no seu edifício avançava com uma forma de assinalar o seu edifício. Portanto isto é uma sugestão que eu ponho aqui à Câmara que deve transmitir à universidade.

Depois continuando com o trânsito dizer que o trânsito da Beira-Mar também precisa de ser reestruturado. Não se justifica que no trânsito das ruas da Beira-Mar existam ruas que têm metade num sentido e outra metade no sentido contrário! Se lá passarem, e como eu tenho assistido bastantes vezes, um furgão a distribuidor cargas ou uma autocaravana, se seguir os sinais que lá estão eles não conseguem andar dentro das ruas da Beira-Mar. Não podem cortar à direita porque têm de ir em frente como depois tem de cortar à esquerda porque não podem ir em frente. Se houver um carro estacionado não passa ninguém. É uma situação que é fácil de resolver e só preciso ir lá. Eu proponho acompanhar a comissão de trânsito da Câmara de Aveiro explicar-lhes o que é que devem saber. Temos ruas paralelas com transversais como existem em tantos municípios desde Nova York até Espinho. Se existe quadrícula porque não se aproveita essas quadrículas para regulamentar o trânsito como deve ser feito. Isto também é uma situação que se arrasta há muitos anos. Tem-se gasto rios, rios e rios de dinheiros no projeto de mobilidade e o que é certo é que essas situações continuam. Um remendozito aqui e acolá e pouco mais se faz. Ao nível do trânsito era o que eu gostava de dizer.

A Câmara tem efetivamente aproveitado estes dois anos com alguma atividade dentro das disponibilidades que tem. E acho muito bem e penso que a bancada também está de acordo com aquilo que tem sido feito. Embora pense que com um pouco mais de disponibilidade pode fazer mais alguma coisa. Estou a referir-me por exemplo ao Rossio. Podia colocar por ali uns bancos e umas mesas que quando há ali uma excursão aquilo é um pandemónio. Quer dizer se tivesse ali um mínimo de infraestruturas pesadas, porque eu tenho um caso de uma obra da SIMRIA em que posemos lá uns bancos e passados três

dias estava lá o sítio. Os bancos tinham ido embora. Portanto essa zona do Rossio que eu sei que a Câmara tem uma preocupação grande sobre o Rossio, eu acho que era de fazer mais.

Em relação ao parque de São João temos lá aqueles palheiros junto das comportas que podiam ser adaptados nesses mesmos palheiros uns sanitários autónomos. Se calhar até de moeda, com temporizador para determinado horário de abertura. Podia até ser uma forma de receita para a própria Câmara. Há tantas empresas hoje em dia que alugam estes equipamentos que eu penso que era uma solução.

Da mesma forma refiro-me ao parque de São João para o estacionamento de autocaravanas. Este ano e cada vez mais tem havido movimento de autocaravanas e ali o parque tem sido muito mais movimentado. Eu não sei se não seria solução, dadas as circunstâncias financeiras da autarquia, pensar em fazer ali uma concessão de metade do parque para um clube qualquer que queira ali explorar um parque de autocaravanas, comprometendo-se o mesmo a fazer ali uma estação de águas residuais. Ao fim, concessionar metade do parque que tem estado sempre ocupado com trinta ou mais caravanas por dia e isso poderia ser uma solução para um clube. Era uma forma da Câmara não suspender dinheiro. Era uma solução que acho que era de aproveitar e assim como também considero ou ai ou criarmos um parque municipal de campismo em Aveiro. Porque é que Aveiro não tem? Há muitas cidades que têm parques de campismo. Porque é que Aveiro não tem um parque de campismo. Utilizar o TER-TIF por exemplo que está ali parado. Ou na zona da Ribeira de Esgueira que agora está tão bonita. Ou na antiga carreira de tiro que julgo que até é da Câmara. Para criar vida e dar apoio aos autocaravanistas. Quando o Senhor Presidente diz que o Turismo subiu muito e é verdade. Subiu quase 40% e ainda bem. E quanto melhores condições tivermos mais eles voltam. Portanto eu acho que com pouca despesa podemos ter alguma coisa. Portanto a nível de Turismo era isto que eu queria dizer.

Querida saber também como é que está a situação do Centro Psiquiátrico de São Bernardo, que em boa hora a Câmara tamponou aquilo e fez muito bem. Mas queria saber das previsões da Câmara para o próximo ano e saber se pensa fazer lá alguma coisa ou não.

E saber também como é que está a o CEMIA? Eu penso que aquele centro como simples centro não sei se será viável. Eu penso que aquilo poderia ser um centro de interpretação da nossa marinha da Troncalhada. Porque nos dias em que a marinha está fechada de inverno, porque está alagada, termos lá prepara uma marinha em miniatura dentro da casa com um vídeo de projeção, como é que se faz aquilo, como é que se faz a escola, como é que se prepara aquilo tudo. Porque o Centro até tem uma coisa mais positiva do que a marinha. Tem estacionamento, tem bons acessos, tem iluminação. Portanto condições mais positivas que a marinha da Troncalhada. Portanto eu penso que devíamos aproveitar aquilo não só para ver as avezinhas. Mas não é necessário um edifício daquela para apreciar as aves. Portanto temos de otimizar aquele edifício e fazer uma coisa ligada às marinhas, ligada à RIA, ligada à nossa cidade. Penso que estou a adiantar-me um bocadinho, tinha aqui mais uma coisa, mas fica para outra altura.

De qualquer maneira queria também saudar a Câmara e neste caso a Junta de Glória e Vera Cruz que à semelhança do que fez com o busto de Manuel Firmino, também colocou a baioneta no soldado desconhecido que há tanto tempo tinha desaparecido. Foi lá colocada e acho que sim que é mais uma atitude positiva e penso que não encareceu muito o orçamento da Câmara. Era só isto Senhor Presidente. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁶

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰²⁷

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁸

Vogal Miguel Silva (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁹

“Senhor Presidente, Caros Colegas. É com satisfação que o executivo da freguesia de Requeixo e Nossa Senhora de Fátima, Nariz, regista a requalificação dos espaços ribeirinhos de Requeixo e do Carregal no âmbito do programa Polis.

Agradecemos os bons ofícios deste executivo nomeadamente do Senhor Presidente de Câmara, que conseguiu retirar da gaveta dois projetos que estavam eternamente bloqueados e que permitiu que as suas obras se realizassem. No entanto entendemos que a requalificação da lagoa da Pateira carece de outras intervenções. Nomeadamente da conclusão do projeto das vias cicláveis e pedonais que estavam previstas no Polis Litoral Ria de Aveiro, que não foi possível realizar; a criação da pista de pesca desportiva em Requeixo e o desassoreamento da Pateira cujo estudo de impacto ambiental também já está realizado. E que entendemos que realmente é uma obra muito importante quanto mais não seja para combater a praga dos jacintos de água. É uma praga que nos tem assolado muito este ano e que nos tem preocupado muito a nós junta e à Câmara Municipal. Achamos que esta é a altura certa para resolver este assunto, agora que o novo Ministro do Ambiente é uma pessoa de Águeda, sabe o que se passa na Pateira. Acho que vamos ter capacidade de resolver este assunto. Estamos à espera que aconteça e contamos com o senhor Presidente e com o seu executivo. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³⁰

Vogal Ildebrando Costeira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³¹

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Eu antes de começar esta minha intervenção só queria ali dizer uma palavra ao senhor deputado Ernesto Barros. E dizer-lhe que a Câmara de Aveiro tem um Parque de Campismo. Tem um Parque de Campismo que está em São Jacinto. E está muito bem situado.

Sobre as questões que queria colocar em primeiro lugar relativo ao Car-Surf. Parece que finalmente a situação está para andar com esta posição contratual da empreitada, penso que realmente a situação será para resolver. Porque efetivamente é uma obra que já dura há muitos anos e será uma mais-valia para a freguesia o seu término.

Relativamente aos novos horários dos transportes públicos fluviais que servem São Jacinto, o número de carreiras mantêm-se, mas a opinião da junta é que realmente aos sábados e domingos o ferry deveria funcionar mais pelo menos da parte da tarde nos dias de sol que leva muitas pessoas a São Jacinto, nota-se que o ferry seria uma necessidade.

Queria também enaltecer o facto dos bombeiros, no protocolo que a Câmara fez com eles, onde incluem a parte de São Jacinto que é importante para a freguesia, dizer que para nós é muito salutar esta posição.

Queria também referir-me à atribuição das bandeiras verdes às escolas. Às 22 escolas do município onde está incluída a escola de São Jacinto. Através da escola do primeiro ciclo e do jardim-de-infância. Isto é um sinonimo do bom trabalho em prol do ambiente. E a talho de foice também dizer que faz 10 anos que foi atribuída pela primeira vez a bandeira azul à praia de São Jacinto.

Deixar também uma nota bastante positiva à qualificação da Unidade de Saúde de São Jacinto. Já qui foi falado e realmente como ela se encontra necessita urgentemente de uma intervenção.

E por último, é uma preocupação já de há muitos anos e tendo em conta que a obra está parada, perguntar ao Senhor Presidente de Câmara sobre a questão do Porto de Pesca?

Para nós é muito importante porque realmente para nós é aí que está o saldo. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰³²

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Boa noite a todos. Eu relativamente à comunicação do Senhor Presidente gostaria de centrar-me num documento que vem anexo, que tem a ver com a situação financeira da Câmara Municipal entre o período de Janeiro 2015/Outubro2015. Já aqui foi levantada a questão a Câmara ter reduzido 7 milhões de euros em dívida! Olhando aqui para alguns valores e para alguma variação, há questões que de alguma explicam porque é que os valores da dívida total passou de 126 milhões para 120 milhões.

Há aqui questões que eu gostaria de colocar nomeadamente relacionadas com a supressão de quase 1 milhão e 200 mil euros de fornecedores/faturas em conferência. O que é que aconteceu a esta faturas ou que é que se passou com este valor?

Depois há aqui umas variações que tem a ver com aumento de dívida de curto prazo, com diminuições de dívida de médio longo prazo, e a minha pergunta é. Como é que o apoio intermédio de urgência que foi recebido no âmbito do FAM (10 milhões de euros) como é que encaixa aqui? Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Esta comunicação que é trazida à camara marca uma data que é relevante para este mandato autárquico. Nós estamos a meio do mandato. Temos dois anos decorridos deste ciclo que se iniciou e falta outro tanto para se concluir o mandato.

E portanto o Senhor Presidente aproveitou o ensejo para do seu ponto de vista marcar politicamente a data. E nós achamos bem e cumpre-nos fazer a nossa avaliação que é para isso que cá estamos. Executar aqui esse escrutínio como foi feito também por outros partidos e saudamos essa postura.

O tom que é trazido nas duas primeiras páginas da comunicação é uma espécie de ode a si próprio. É um auto elogio. E um elogio em causa própria é vitupério. É um estilo. O problema está em que é exagerado! Porque esta postura mais ou menos bolivariana de governar da Câmara é uma questão que a nós, enfim, nos traz algumas interrogações fortes porque o excesso palavroso da ação da Câmara ofusca no fundo a realidade.

E aquilo que queria aqui salientar são as próprias medidas que o Senhor Presidente assumiu perante os aveirenses e perante esta assembleia que iriam estar concretizadas a muito breve trecho.

Eu quero recordar aqui que foi promessa da campanha eleitoral que nos primeiros dez meses existiriam 10 medidas que estariam concretizadas. Eu diria mais “que estariam cabalmente concretizadas”. Boa parte delas não está.

O FAM ainda não tem o Visto – mas já temos os impostos no máximo. Incumpriu-se uma promessa eleitoral de não se aumentar o IMI que foi feita uma semana antes das eleições como estão todos recordados. Em relação à estrutura orgânica da Câmara o requerimento do Partido Socialista nunca foi respondido. Se estão bem recordados Vexas nós questionávamos à época quanto custava essa reestruturação e a que título é que ela era feita. Nunca conseguimos compreender porque nunca aqui foram, trazidas as verdadeiras razões das alterações (que admito necessárias) para que pudéssemos compreender qual era o planeamento. Viemos a verificar na última assembleia municipal extraordinária que o planeamento de facto não estava bem feito! E recordo que esse

programa de rescisões amigáveis veio a correr mal porque a chefe de contabilidade se foi embora e aparentemente o Senhor Presidente invoca esse facto para ter incumprido uma solicitação do Tribunal de Contas, que foi respondido à terceira, quando o documento era relativamente simples de se fazer.

Mas por outro lado também a reabilitação das escolas não está feita!? Dir-me-ão, temos aí a Escola da Vera Cruz. A Escola da Vera Cruz teve de ser feita uma coisa óbvia que era alterar-se uma coisa que estava mal, mas era para conclusão da obra. E depois as reabilitações que se diz que estão a ser feitas mais não são que os habituais arranjos que os Senhores Presidentes de Junta ao longo dos anos vão recorrentemente fazendo.

Depois havia, recordam-se o “Plano de Emergência das Estradas” não Plano de Reabilitação das Estradas. Era o plano de emergência. V. Exas são tão conhecedores do município como eu, saberão o estado em que se continuam a encontrar os caminhos e as estradas de Aveiro e a ausência do planeamento de ditas rotundas que seriam necessárias fazer. Nunca saíram do Papel. Aliás, os esquiços que remanesciam e que eram apodados de projetos pelo executivo anterior, nunca foram como aqui se afirmou, concretizados exatamente em projetos. Eles inexistem.

Queria deixar também dito que, em relação à “Lota” e ao Rossio (eu passo lá algumas vezes) cortaram-se as canas e ligaram-se dez postes da luz. O Rossio permanece a sala de visitas com a qual Aveiro não se deve orgulhar devido ao estado ‘miserável’ em que estão o Rossio, que aqui foi tão bem ilustrado pelo Ernesto Carlos Barros.

E depois as periferias. São Jacinto e Nariz. A MoveAveiro continua a prestar um mau serviço. São Jacinto permanece com problemas que se arrastam do passado com as obras que estão por concluir que aqui também foram ilustradas pelo seu Presidente de Junta. As viagens fluviais para São Jacinto permanecem iguais ao passado e portanto também nesse aspecto nada mudou!

E depois o Hospital de Aveiro, em que o Senhor Presidente prometia que em 10 meses seria mais e melhor. Com maior qualidade e novas valências. Acho que nem vale a apenas falarmos nisso para não acicatar ânimos porque está igual. E esperemos que o novo governo da república faça mais do que fez o anterior porque andamos para trás.

Para não falar da extinção das empresas municipais que não se concretizou e muitas outras coisas.

Quero dizer-lhes Senhor Presidente e Senhores deputados que de facto não há razões para regozijo porque o exercício político que aqui é feito é um exercício fácil. Porque é um exercício de comparação com o Presidente e o Executivo do passado! Que há-de contar apenas de uma nota de rodapé da história de Aveiro. Assim tudo o que vem a seguir é seguramente melhor. Porque algumas coisas são demasiado óbvias. Mas o que se pedia ao Senhor Presidente da Câmara era que não fizesse só o obvio. Até porque é o próprio Presidente da Câmara que nos relembra a todos a quantidade de funções que no fundo acumula com a presidência da Câmara de Aveiro. E eu acho que isso é positivo. Não deve é ofuscar o brilho da presidência de Aveiro em detrimento das outras funções. E aparentemente já se vão ouvindo vozes da falta do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro em algumas questões que seriam relevantes que o Senhor Presidente marca-se essa presença.

E portanto eu queria deixar aqui sublinhado da nossa parte que, a marca destes dois anos, não é ao modo como aqui se diz e se faz. E eu queria deixar aqui um registo político disso e marcar este momento. Que também do nosso ponto de vista apolítico é relevante.

Até há poucos meses atrás, esta maioria, em especial o PSD, o maior Partido que suporta o executivo, estava praticamente diluído na governação do executivo. O PSD tem uma nova liderança concelhia. E é relevante aqui salientar que o novo Presidente da

Concelhia do PSD, que é leito desta assembleia municipal, em dois anos faltou sempre! E se até há três ou quatro meses atrás, era mais uma falta entretanto outros membros, a partir de hoje, do nosso ponto de vista, considero uma questão política relevante o Presidente da Concelhia do PSD não assumir por inteiro o seu mandato. Se até Há bem pouco tempo a Concelhia do PSD estava diluída na Câmara, agora parece que está de “candeias às avessas” com este executivo municipal. Disse”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁵

Vogal João Barbosa (PS)⁰³⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁸

“Boa noite todos. Mesa, executivo, caros colegas. Passaram dois anos de facto desde a tomada de posse. Foram dois anos complexos, complicados, mas como disse o Senhor Presidente foram dois anos para arrumar a casa e perceber o que faltava na casa. E faltava muita coisa como ainda continua a faltar.

No entanto deixar aqui algumas notas e preocupações também. Notas positivas. Logo nos primeiros tempos do mandato começou a fazer-se a remoção de árvores que literalmente não foram colocadas no local certo nem escolhidas as espécies certas. Há árvores que com o tempo degradaram os passeios, degradaram as vias e fizeram gastar muito dinheiro à Câmara. Foram removidas algumas na freguesia a que presido. Com alguma preocupação porque a preocupação ambiental deve ser de todos, mas de facto eu continuo a achar que em primeiro lugar estão as pessoas. E as pessoas precisam de caminhar, precisam de passar, precisam de andar com as cadeiras de rodas, precisam de ser respeitadas. E nalguns casos não se pensou sequer que havia pessoas a caminhar e que havia de facto locais que eram de passagem bicicletas e de pessoas com alguma dificuldade e limitação.

Portanto congratular-me exatamente com esse procedimento. E vi na comunicação que está adjudicado o ajuste direto para a remoção dos cepos. É uma necessidade, nomeadamente na freguesia de Esgueira, porque temos uma rua onde, e como há mentes iluminadas que acham que se pode fazer com a simples máquina que a Junta tem é de facto algo transcendente, porque no mínimo vem o muro e vem a aporta de entrada. Mas pronto são mentes iluminadas que conseguem fazer essas coisas fora do normal.

Portanto congratular-me com isto. E há pouco quando alguém dizia que deveria haver a preocupação da replantação, deve haver o cuidado de escolher a espécie certa para o lugar. Precisamos de mais árvores (é indispensável), mas devemos saber o que se está a fazer e onde é que se está a fazer. Porque de facto os passeios são para as pessoas andarem, não são só para as árvores. Porque há locais certos para as árvores. E há uns anos pensou-se muito no pensamento em bloco e no cimento armado e esqueceram-se de que à volta tinham de circular pessoas. Portanto deixar aqui esta nota muito positiva e esta nota de preocupação com a requalificação.

Em relação às Agrads do Norte. Já não é a primeira vez que falo nisto. A minha nota positiva e de congratulação por se abrir o nó das Agrads do Norte. De facto parece que antes do PSD e o CDS saírem do governo, tiveram em conta, parece que foi o Secretário de Estado, para que de facto se conseguisse abrir aquela via que vai ser com certeza uma mais-valia para o acesso e a mobilidade da cidade e também de acesso à freguesia de Esgueira. No entanto mais uma preocupação. A requalificação daquela zona que já deixei nota na última Assembleia e que sei que é também uma preocupação deste executivo. Não esquecendo contudo aquilo que já vem de há muitos anos, que de facto as

Agras do Norte, é considerado na freguesia de Esgueira e por mim, parceira muito pobre do concelho de Aveiro, e foi tida sempre dado que até hoje contínua sem saneamento.

De facto e lamentável que os anteriores executivos não tenham tido a sensibilidade de perceber que é uma zona onde vive muita gente, é uma zona de passagem, é uma zona maravilhosa de Aveiro e que foi esquecida pelos executivos da Câmara Municipal até hoje. Sei que está em cima da mesa um projeto e conversação sobre isto e por isso também esta preocupação, mas com a certeza de que este executivo terá em conta estas notas de requalificação.

Depois a requalificação às vias e ao alcatroamento. Não estão piores! Melhoram substancialmente. De facto ainda não se fez uma intervenção profunda, se calhar a casa ainda não está devidamente arrumada para se fazer. Mas deixar aqui uma felicitação e uma nota de algum apreço pelo trabalho foi feito pela equipa da Câmara Municipal na rua em Taboeira. Quem acompanhou percebeu o entusiasmo e o empenho e a dedicação de toda a equipa que fez aquele alcatroamento. Houve uma motivação muito grande de parte das chefias, de parte de todos os funcionários. Foi uma obra que não ficou perfeita, como é óbvio (foi a primeira obra da equipa que vai andar a alcatroar no concelho), mas deixar aqui um agradecimento à equipa que fez aquela intervenção porque eu tive o prazer de acompanhar e foi de facto fantástico ver a motivação com que aqueles funcionários trabalharam e se dedicaram em algo novo. Saber que de facto as pessoas são chamadas e são motivadas o trabalho aparece. Portanto quero aqui dar uma nota muito positiva à equipa e também ao Senhor Vereador do pelouro e ao Senhor Presidente da Câmara pelo empenho que mostraram. Sei que decerto vai ser a primeira de muitas que irão acontecer.

Depois o Cais da Ribeira de Esgueira. Registrar com agrado, com muito agrado, toda a requalificação que foi feita naquela zona. Era uma bandeira se querem assim chamar, da nossa candidatura. Está feito. Para quem não sabia ainda das muitas medidas efetuadas, está é mais uma delas. Uma preocupação que fica. Também já a pus ao Senhor Presidente da Câmara que é a requalificação de toda a zona envolvente, nomeadamente a nível pedonal e também a nível de vias. Temos lá um caso antiquíssimo, eu diria quase já com barbas, de uma raiz que está no meio de uma estrada e que muita gente se queixa, mas antigamente quando passava não a via (passava ao lado). Agora cresceu um bocadinho porque o cais dá uma visão melhor para o nosso sol e portanto às vezes corre mal a passagem lá. Mas deixar esta preocupação porque é algo que se arrasta também há muitos anos e que nós queremos ver resolvido num futuro muito breve.

Depois em relação à atribuição daquele galardão das “Eco-escolas” deixar também aqui um agrado até porque a escola básica Jaime Magalhães Lima também recebeu a bandeira. E deixar este agrado e trazer uma preocupação. Uma preocupação que tem a ver com os dejetos que são constantemente abandonados nas suas ruas, nos nossos jardins da nossa cidade. E isto eu chamo de falta de civismo. Porque as pessoas sabem que a lei pune este tipo de coisas. E é uma vergonha de facto. Eu não sou contra quem tem animais, pelo contrário, mas se eu tenho um animal tal como se tenho um filho tenho que o proteger e tenho de lhe ensinar as regras, se tenho um animal tenho de saber as regras e enquanto dono tenho de ser eu a fazer isso. Portanto deixar aqui uma nota que se calhar a nível ambiental e nas escolas fazer essa referência porque era importante que nós pudéssemos também brincar nos espaços verdes que vão surgindo e não chegar a um parque de merendas e encontrar, quando deixamos os nosso filhos ou os nossos netos a brincarem, eles terem o incidente de caírem e infelizmente sujarem-se e virem um bocadinho mais mal cheirosos. Portanto era estas notas que eu queria deixar e dar aqui de facto uma nota positiva porque arrumar a casa também é olhar o futuro. E se nós

arrumarmos hoje provavelmente vamos ver as coisas com outra nitidez do que se ela estiver toda em balburdia. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, deixe-me dizer-lhe, perante as críticas que lhes foram dirigidas, que não há maior vaidade que a falsa modéstia.

O Senhor Presidente da Câmara certamente tem todo o direito de mostrar o trabalho que faz. E portanto deve mostrá-lo aos aveirenses. Os aveirenses gostam imenso de saber aquilo que os seus autarcas fazem. Continue a mostrar se faz favor. Continue a aparecer no boletim municipal, continue a aparecer nos jornais se faz favor. E por outro lado continue a desempenhar os cargos que tem desempenhado. Porque por um lado o Senhor Presidente é acusado de concentrar em si tudo e mais alguma coisa, por outro lado parece que agora se descobriu que o Senhor Presidente falta em alguns sítios. Senhor Presidente continue a desempenhar os cargos para o bem de Aveiro e o bom nome do município e para que os conhecimentos e a rede de conhecimentos que adquire nesses cargos possam ser úteis ao município em que nós estamos empenhados.

E deixe-me dizer outra coisa. Quando lhe chama “Bolívar” a Time chamou a Bolívar o George Washington da América do Sul. E o Bolívar não tem culpa da deturpação que se fez da sua imagem, que foi aproveitada pelo Senhor Chaves, velho amigo do Partido Socialista, que aliás continua a amizade com o Senhor Maduro. Portanto esteja à vontade também e seja Bolívar, e ajude-nos a manter a democracia e afirmar a democracia no município de Aveiro.

Depois deixem-me só dizer mais três coisas. A primeira é que eu gosto de ver o Partido Socialista com a falta do líder concelhio do PSD nesta Assembleia! Ainda bem que o Partido Socialista se preocupa connosco. Temos muito prazer a receber essas mensagens de simpatia para connosco. O Senhor Victor Martins que é Presidente da Concelhia do PSD, tem nessa qualidade, total confiança na bancada do PSD. A bancada do PSD e do CDS não precisam de comissários que venham aqui verificar se são seguidas ou não são seguidas as instruções vindas de outros locais para discutirmos assuntos que a todos dizem respeito.

A bancada do CDS e do PSD, os vogais do PSD e do CDS são claramente marcados ideologicamente pelos partidos a que pertencem, mas são livres e independentes na sua análise da situação política que diz respeito ao município.

Finalmente. Relativamente ao seu relatório e ao que fez e ao que não fez. A primeira coisa que era necessário fazer-se, uma vez chegado ao executivo, era recuperar a credibilidade do município. E devo dizer-lhe que face à situação em que ele se encontrava, tê-la recuperado em menos de dois anos não foi garantidamente tarefa fácil. Diria mesmo que foi uma tarefa hercúlea. E recuperada a credibilidade era necessário para o futuro (e é isso que tem vindo a ser feito), e certamente logo que o Tribunal de Contas dê o Visto que é necessário para que possa atuar de acordo com o programa que está preparado e pronto para ser executado, certamente que o futuro começará a ser construído e daqui a dois anos os aveirenses terem oportunidade de julgar se o fizemos de acordo com as nossas promessas ou não. Eu não tenho dúvidas nenhuma de qual vai ser o resultado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴¹

“Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado a todos. Procurando ir às questões principais, não indo a todas embora tenha tomado boa nota de tudo.

Não vou entrar em retórica, deixei-me dizer, de nível muito duvidoso em que alguns se entretêm. Deixar claro que sempre fizemos, fazemos e faremos, avaliação ao nosso trabalho. A autoavaliação é uma prática que não está muito instituída em Portugal, infelizmente, é muito importante que logo na escola a cultivemos, depois também na vida profissional, seja no sector privado ou no público. A avaliação dos outros é importante mas a autoavaliação é capital. Eu acho que se em Portugal as pessoas fizessem mais autoavaliação nós seríamos muito melhores. A cultura que criámos em que a avaliação é muito importante quando é negativa e atenta contra valores como o da humildade quando ela é positiva é uma coisa absolutamente absurda e não tem qualquer sentido. Portanto, a nossa avaliação, tão credível como a de todos, olhada do ponto de observação de cada um, é esta. E as palavras que usámos, nas tais duas primeiras linhas do texto, são absolutamente rigorosas e do que me pareceu ouvir aqui, com a atenção que procura estar sempre a tudo aquilo que toda a gente diz, pode haver discussão em relação a uma palavra. Foram dois anos de trabalho intenso, não ouvi, nem hoje, nem nunca, dúvidas sobre a intensidade do nosso trabalho. Dois anos de verdadeira, necessária e útil mudança. Também acho que isto é indiscutível. Há uma mudança, é verdade que há uma mudança, ela era necessária, ela é necessária dado o estado da coisa em outubro de dois mil e treze, e é útil para a nossa vida, para a vida de toda a gente e é muito positiva. Aqui divergimos mas isso é a naturalidade da democracia. Para uns é muito positiva, para outros será positiva, haverá uns que a tratarão como razoável. Mesmo aqueles que lhe mudam o sinal e que a abordam como negativa têm objetiva dificuldade em concretizar, como aqui ficou muito claro, a explicitação desse sinal negativo. Portanto, esta é a realidade e nós faremos sempre assim na assumpção das coisas que fazemos bem e na assumpção dos nossos erros, porque procuramos errar o mínimo mas a nossa condição humana não nos permite estarmos isentos de erro.

Quanto à insensibilidade social, só o olhar excessivamente pela esquerda, no que respeita à falta de nobreza, daquilo que fizemos, daquilo que estamos a fazer, é que pode dizer coisas destas. Hoje há política social; hoje há regulamentos; hoje há fundo de apoio às famílias, pela primeira vez temos o nosso município a financiar famílias; hoje está-se a colocar justiça e a acabar com alguma aldrabice de muito poucos, mas que existem, que estavam nossos inquilinos em habitações sociais mas que tinham quartos alugados a estudantes, terceiras moradias e segundas moradias, etc. Portanto, há, de facto, um trabalho verdadeiro de coragem e de altíssima sensibilidade social para ajudarmos quem verdadeiramente precisa, com qualidade e com profissionalismo, e para acabarmos com alguns, que são poucos mas que existem, que procuram abastardar as boas regras e procuram viver à custa de expedientes que não são razoáveis e que atentam, de facto, contra a tal capacidade de apoiar quem verdadeiramente precisa.

O Filipe Guerra, e não só, o Sr. Presidente da Junta de São Jacinto, vocês andam todos muito distraídos. A extensão de saúde de S. Jacinto é um dos cinco projetos para os quais já temos contrato de financiamento assinado no Quadro do Portugal2020. Já disse isto, já escrevi, e é importante que, de uma vez por todas, vocês ponham isto na cabeça: é verdade, os documentos estão acessíveis. Não andem para aí a dizer, como às vezes algumas pessoas dizem, que isto não existe. Já está assinado, já está negociado, já está contratado; S, Jacinto, São Bernardo, Aradas, Oliveirinha e Eixo. Não mintam às pessoas e não omitam o que é que estamos a fazer agora e que é aquilo que é obrigatório fazer: projetos, estamos a fazer o projeto, é a nossa própria equipa que está a fazer o

projeto com a equipa técnica da ARS do Centro, para que terminados os projetos sigam os concursos e passemos à obra. Portanto, não vale a pena aquela vossa estratégia politiquieira de que falamos muito nisto para que quando as coisas aparecerem aos olhos dos cidadãos parecer que foi porque vocês as pediram. Deixem-se disso. Está tratado, negociámos, foi mais de um ano de negociação e foi assinado no dia trinta e um de agosto de dois mil e quinze; esta é a objetiva verdade. A politiquice fica muito mal aos politiquieiros.

Quanto ao cheiro da ETAR, Filipe, foi a segunda vez que ouvi isto. Quando ouvi a primeira referência, julgo que há umas duas semanas, fiz uma diligência junto da ACL, a nossa sucessora da SimRia, e foi-me dito, dias depois, que não havia questão nenhuma. O que pode ter havido é um recurso que às vezes acontece de termos uma estação elevatória junto da estrada que o Sr. Presidente há bocado falou que aciona, excessivamente, as descargas de emergência; pode ter acontecido uma situação pontual de descargas de emergência. O sistema, na ETAR final de recepção do efluente e que depois entra para a câmara de emissão do emissário submarino, está a funcionar bem, é essa anota que temos. Há uma monitorização permanente feita em protocolo entre a ACL e a SimRia, e, portanto, temos essa nota como boa.

Quanto aos sem-abrigo, temos feito muito trabalho, corrido bem, sem publicidade, não há um parágrafo de nota de imprensa sobre essa matéria, temos resolvido vários problemas e temos capacidade para os resolver todos. Deixar nota, Filipe, que alguns não querem abrigo. Nós temos condição para resolver todos os poucos problemas que temos e aqueles que têm dado espaço para ativar a solução a solução tem sido ativada. A nossa sensibilidade social leva-nos a esses bons resultados que temos tido.

O João Pedro Dias, seguramente, vai pegar na sua intervenção e entrega-la à Catarina para promoverem a alteração à legislação, porque o problema dos impostos em Portugal não são os impostos dos municípios são os impostos do Estado. E agora acabou a conversa. Agora, pegai e legislai para que possamos ter acesso a uma percentagem maior do Orçamento do Estado para que possamos diminuir os nossos impostos diretos. Agora, acabou a conversa. Trabalhai, legislai. As nossas posições têm uma vantagem: estão todas tomas e escritas. O poder é que saiu da nossa mão e agora está, exatamente, na vossa mão. Portanto, fale à Catarina e promova a negociação que é precisa no âmbito da coligação para alterarem este estado de coisas. Agora acabou a conversa, agora é preciso trabalhar, agora é preciso governar com uma vantagem da nossa parte: o caderno de encargos está escrito em português da maior clareza.

Quanto às trinta e cinco horas ou quarenta, deixar claro que estamos a trabalhar para passarmos para as trinta e cinco horas no quadro legal do nosso contrato do FAM que não nos permite aumentar a despesa com pessoal. Temos feito reuniões com os nossos sindicatos, com todos, mas, enfim, privilegiando os maiores, o STAL e o SINTAP. Aliás, a última delas foi hoje mesmo e a penúltima faz hoje oito dias. Estamos a trabalhar para termos um ACEP que permita fazer este equilíbrio entre os interesses dos nossos funcionários, os nossos, dos sindicatos, e que passe no nosso financiador porque nós não podemos aumentar a despesa. Devo dar nota, sem falar das negociações porque elas ainda não estão fechadas, mas que estão em muito bom andamento, há um problema para resolver e espero que nós tenhamos capacidade e competência para o fazer. Nós, as três partes que estão sentadas à mesa em negociação, com a melhor ambiência e com uma atitude muito positiva da parte de toda a gente.

Dr. Jorge Nascimento, a rotunda do Bota Fogo está em projeto. Nós temos, neste momento, em projeto de execução para arrancar obra em dois mil e dezasseis. Dos cruzamentos principais da EN 109 falaremos disso no nosso Plano e Orçamento, no

ponto seguinte. Estamos com o projeto para avançar com execuções em dois mil e dezasseis.

Quanto ao prédio, eu acho graça a certas coisas. Até parece que o prédio foi licenciado por nós e está lá desde anteontem. É inacreditável como aquele prédio, que tem mais de quinze anos, foi construído como foi construído, e ali há não sei quanto números de fogos, sinceramente não sei quantos, e o acesso é uma coisa absolutamente inacreditável. Conhecemos o problema e estamos a desenhar soluções precisamente no quadro da qualificação, nomeadamente no cruzamento da EN109 com a EN235, como o Sr. Dr. falou. O prédio é grandinho mas não fomos nós que o construímos. Somos contra o prédio? Não. Mas só uma câmara incompetente licencia um prédio daquele tamanho, deixando uma bastardia no que respeita à questão da acessibilidade para quem entra e para quem sai é um facto. Nós estamos a resolver com uma solução delicada, porque não é fácil a solução do problema, integrada na solução do nó viário da EN109 com a EN235.

O Ernesto Barros disse várias coisas. Quanto à Universidade registei boa nota para partilhar com o Sr. Reitor. O Campus da Universidade é gerido pela Universidade de Aveiro e era o que mais faltava nós agora metermo-nos na sinalética dos edifícios. Mas partilharei com o Sr. Reitor, com todo o rigor, as suas perspectivas.

Quanto ao trânsito na Beira Mar temos trabalho em desenvolvimento, mas o trabalho em desenvolvimento tem muito a ver com as opções no Rossio. Embora seja reconhecido por todos os atentos que as alterações que introduzimos no Rossio, no verão deste ano, melhoraram substancialmente aquela relação difícil de um sítio que tem uma pressão de utilização e uma diversidade de utilizadores particularmente relevante. Algumas notas. Sinceramente um parque de merendas no Rossio não está nas nossas perspectivas. Não está. Está um parque infantil, não seis e repararam mas há uns anos destruíram o parque infantil e agora temos lá um novo. Está lá, desde a semana passada, um novo parque infantil. Não nos ocorre fazer um parque de merendas no Rossio. Até agora não nos ocorreu e foi a primeira vez que ouvi essa ideia, da qual tomei boa nota, embora nunca nos tenha passado pela cabeça o Rossio ser um parque de merendas. E não me parece uma grande ideia mas, com respeitabilidade, será pensada porque foi a primeira vez que ouvi falar nela.

Para terem uma noção, só para a zona da Beira-mar, entre emails e cartas, temos propostas para instalar catorze sanitários. Às vezes as pessoas acham que no sítio onde dá a vontade é que era preciso um sanitário. Mas a vida não pode ser assim. Temos que ser um bocadinho mais disciplinados no que respeita à gestão das condicionantes biológicas porque instalarmos sanitários mais ou menos pelos cantos da vontade tem impactos urbanos e financeiros particularmente difíceis de gerir.

Quanto ao parque de autocaravanas temos já o estudo feito para a sua localização para fazermos o investimento. Não nos parece avisado e com mercado disponível, salvo indicação em contrário, se o Ernesto Barros tiver um investidor diga-nos, a ideia da concessão. Não temos conhecimento de interessados e não nos parece uma ideia interessante. Quanto a parques de campismo, o Sr. Presidente falou num e o Ernesto Barros respondeu que era preciso outro. Mas já o temos, é também em S. Jacinto, não é nosso, é de uma empresa chamada Orbitur, mas temos dois parques de campismo. Isto das gentes da cidade quererem ter tudo, incluindo parques de campismo, também não me pareceu uma grande ideia, mas também tomámos boa nota para ponderar e pensar nela com todo o gosto. Temos também um parque de campismo licenciado em obra, embora uma obra muito lenta, em Requeixo, num sítio lindíssimo, um investimento privado. Portanto, poderemos vir a ter um terceiro parque de campismo, o que me parece acomodar bem a oferta nessa área.

Estamos a negociar, neste momento, investimentos ao nível da hotelaria, dois deles de cinco estrelas, e aí sim temos empenhos muito fortes para podermos vir a ter sucesso nalgumas dessas negociações.

Há novidades em relação à utilização futura do antigo Centro de Saúde Mental de São Bernardo, na área da saúde. Há boas novidades que em tempo devido partilharei.

O CMIA está em fase terminal e o CMIA vai ter tudo isso, Ernesto. Está convidadíssimo, o meu amigo está sempre convidado para tudo, para a nossa inauguração. Vai ser um momento bonito e para mostrar os conteúdos. O CMIA não vai ser um local de observação do que está à frente, e isso já seria uma coisa muito notável. O CMIA tem episódios de vídeo, episódios de aplicações eletrónicas em vários suportes multimédia, tem um livro, tem uma operação de educação ambiental e ligado e amarrado ao Cais da Ribeira de Esgueira, ao Parque de Requeixo e ao Parque do Carregal. Quem está a pensar no CMIA à moda antiga que era um janelão para observarmos a passarada esse CMIA está mortinho da vida e, portanto, hoje é outro CMIA que nós estamos a construir. O nosso Secretário da Junta de Requeixo, Fátima e Nariz, falou de coisas importantes, nomeadamente a da Pateira, no que está feito e no que está por fazer. Infelizmente, esperemos que o actual Governo seja sensível àquilo que o anterior não foi. A ilegitimidade de ciclovias não urbanas acabou. Aquilo que nós tivemos no QREN não há no Portugal2020. Nós autarcas consideramos isso um erro, achamos que deve ser corrigido e estamos prontinhos para a ciclovia da Pateira e para a ciclovia que vi unir o Cais da Ribeira de Esgueira à margem sul do Rio Novo do Príncipe. São projetos que estão prontíssimos. Aliás, este segundo estava para ser adjudicado. Fez-se tudo mas parou-se na adjudicação porque faltou a garantia do financiamento comunitário que é o principal alimentador deste tipo de investimentos.

Quanto à pista de pesca estamos a fazer o trabalho mas numa lógica integrada no Centro Municipal de Interpretação Ambiental e não num ato isolado. Percebemos que o ato isolado podia ser penalizador e que tínhamos que a integrar como uma peça de um conjunto de operações onde a relação positiva com o ambiente é o elemento e não aquela relação que às vezes se tira, na minha opinião errada, da pesca como coisa negativa, que tira vida às coisas. É uma amarração que estamos a fazer, em fase final. A lógica é conseguirmos finalizar o CMIA na sua parte física e material até ao fim do ano, temos que fazer assim por causa do financiamento, para termos condições de fazer o seu lançamento e a sua disponibilização pelo início do ano novo de dois mil e dezasseis.

Quanto a ministros que Águeda que nos ajudam a amar mais a Pateira, eu tenho sempre muitas reservas daquela lógica que se o ministro é nosso trata primeiro das nossas coisas. Sinceramente espero que o meu estimado amigo Matos Fernandes seja um grande ministro para o ambiente do país e se o for seguramente que vai cuidar bem da Pateira e da Ria de Aveiro. Se o não for pois, seguramente, nem da Pateira, nem da Ria de Aveiro, irá cuidar bem; não será a sua boa costela aguedense que será mais ou menos relevante para cumprir esse preceito.

Sr. Presidente António Costeira, quanto ao CAR-Surf temos as coisas arrumadas. Está tudo a andar, com uma dor imensa de usarmos bem o tempo porque só temos um mês e uns dias a mais para acabarmos tudo. Foi muito difícil, é um processo muito complexo. Um dia posso-lhe explicar com pormenor a solução administrativa, os riscos da solução administrativa e o jeitinho para que tudo corra bem, para que não haja aí um doutor que nos perturbe gravemente a operação e que impeça a concretização física da obra. Temos que continuar com cuidado, sem foguetório, para que tudo acabe bem, porque nós não estamos interessados em foguetório intermédio, só mesmo em foguetório final. Chegar ao fim bem e termos as coisas todas resolvidas. Estamos no bom caminho mas ainda não temos as coisas todas resolvidas.

O Cais dos Pescadores é hoje o nosso maior problema, grave. Tem a ver com a incompetência que tivemos no passado de tentar fazer um cais com estacas de doze metros num sítio onde nem as de trinta permitem segurar as estruturas. Mas falarmos sobre isso porque esta ainda é a fase de tentar salvar o que ainda está feito, garantir o financiamento para aquilo que falta fazer para virmos a ter uma solução porque, infelizmente, tudo foi feito com os pés, no pior sentido da expressão, e temos um problema da maior gravidade. Hoje posso dizer com clareza que o único problema que não vamos conseguir resolver em plenitude, no que respeita à gestão dos fundos comunitários, é o Cais dos Pescadores de S. Jacinto. Estamos a tentar salvar ao máximo o financiamento do que está feito e garantir o financiamento do Mar2020 para a componente que falta fazer, num processo que está a correr bem mas, obviamente, não tem operações ainda terminadas.

O João Barbosa quer andar a trinta na cidade. Nós não, queremos andar a cinquenta e a velocidade das passadeiras é parado; quando o cidadão está a circular a velocidade não é trinta é parado. As viaturas devem parar, têm que parar quando um cidadão vai já em cima ou em porta de entrada da passadeira.

Francisco Picado. Eu não percebi muito bem. Em relação às faturas de dois milhões de euros eles estavam em conferência e passaram para a conta clientes e foram pagas. Eu já disse e repito que nós agora pagamos as contas. Portanto, a factura chega, é feita a sua conferência e siga para pagamento. De facto, a nossa Câmara está a pagar todos os seus compromissos. A Câmara não pagadora, dos últimos dezasseis anos, acabou. Nestes dois anos nós compramos, conferimos e pagamos. Portanto o dinheiro aparece nessa conta e desaparece rapidamente por uma razão simples: pagamos. É daquelas contas por onde o dinheiro tem que passar, obviamente tem que lá estar, mas tem que sair o mais rapidamente possível. Quanto ao ATU, o ATU veio para nos ajudar e a maior parte do dinheiro foi para pagar passivo. A maior parte dos dez vírgula cinco milhões, quer a parte que veio em dois mil e catorze, quer a parte que chegou em dois mil e quinze, foi para pagar passivo, nomeadamente o bancário que era a parte de leão que nós tínhamos à data.

Marques Pereira, fique lá com os seus discursos. Nós precisamos é de quem nos ajude a trabalhar e agradeço muito a intervenção do Manuel Prior. Uns discursam e até escolhem particularmente difíceis do vocabulário português e eu percebo isso que é para não o entenderem. Ainda há gente que ache que os grandes discursos que ninguém entende são queridos. Mas aquelas que pessoas que dantes diziam «fala muito bem mas não percebi nada do que ele disse» são cada vez menos. Fique com a sua exuberância que aliás, nas últimas três assembleias está particularmente intensa, mas eventualmente serão por estes momentos de excitação política de regressar ao poder, que eu compreendo. Eventualmente nós estamos menos exuberantes. Enfim... é a vida dos seres humanos e do poder. Mas nós precisamos é de contributos e o seu contributo foi nulo e os contributos que temos tido do Partido Socialista, com as pequenas notas, no sentido que foram poucas em quantidade, que o Manuel Prior trouxe é, de facto, muito pobre. Portanto, sigam nos discursos com exuberância e palavras difíceis, nós seguimos a trabalhar para fazermos as grandes coisas e as pequenas coisas, para, de uma vez por todas, pormos a nossa Câmara com a capacidade de servir com qualidade os nossos concidadãos, que é aquilo que já fazemos, mas é aquilo que vamos fazer cada vez mais e cada vez melhor, não tenham disso a menor dúvida. Aliás, eu até acho que alguma da excitação também é porque vocês têm cada vez menos dúvidas de que assim é e assim vai ser cada vez mais.

Presidente Fernando Marques, tomei boa nota daquilo que disse sobre o Alboi. Embora todos sabem, e V. Exa. sabe bem, que o projeto do Alboi foi muitas coisas. Aquilo que

fisicamente está construído tem pouco a ver com o projeto que deu azo à obra porque quem governa ao sabor dos sopros e dos artigos de jornal chega ao fim e tem uma amálgama de soluções que é aquilo que nós temos no Alboi. Tomei boa nota porque percebo muito bem aquilo que o Sr. Presidente quis partilhar connosco.

Sra. Presidente Ângela Almeida, dar nota de bom registo mas lembrar que no plano de investimentos da AdRA está absolutamente fechado, ainda não está tudo fechado, temos, por exemplo, um problema grave em Eixo que é a zona urbana baixa junto à linha férrea, temos um problema sério porque temos um desnível de quota e para conseguirmos pôr rede é preciso instalar um conjunto de estações elevatórias, temos ali um problema técnico de grande dificuldade. Nas Agras, não. Do plano de investimentos que já está em desenvolvimento, já estamos a preparar candidaturas para o aviso que abrir no Portugal2020, as Agras do Norte são, no nosso quadro de investimentos, a maior operação de investimento em saneamento básico de todo o nosso município. Essa questão está mais que terminada, estamos só à espera da abertura dos avisos dos Fundos Comunitários para se garantir financiamento e seguirmos com a execução no quadro da nossa empresa AdRA.

A Sra. Presidente falou de uma coisa que é a nossa máquina pavimentadora. Foram dois anos para arranjar uma máquina pavimentadora. Temos que agradecer ao ATU o dinheiro que pagou a máquina pavimentadora. Mas a máquina pavimentadora não é apenas uma máquina é um conjunto de elementos que tem a máquina como elemento central, mas também tem um cilindro, tem duas rampas, tem uma prestação e serviços de um camião para transportar massas betuminosas porque nós não temos, um camião basculante para alimentar a pavimentadora porque ela não pavimenta com o ar, ela tem que pavimentar com massas que lhe são colocadas na sua boca de recepção. A primeira obra que quisemos fazer foi a baía de estacionamento junto aos nossos armazéns. E há um plano de trabalhos que já está em execução, que vai continuar em execução. Além das quinhentas toneladas de massas betuminosas que usámos em dois anos para tapar buracos – hoje há uma coisa que não vale a pena: quem viu e quem vê as estradas deste município no que respeita aos buracos; ser alguém sabe de algum ponha o dedo no ar, que mande um email, que nós, hoje, temos uma operação montada para tapar o dito com uma rapidez assinalável. Hoje, não é só o tapar o buraco, não é só a capacidade financeira de pagar a massa betuminosa, é o mecanismo que já montámos e que já está em velocidade cruzeiro, de termos a recepção do problema e da ativação da operação que o resolve. Falaremos também sobre isso no Plano e Orçamento para dois mil e dezasseis, o aumento significativo do investimento por empreitada e ganhámos capacidade técnica, porque financeira temo-la garantida, para que a nossa própria capacidade de fazer aumente substancialmente, obviamente em obras de menor dimensão, as maiores deixaremos para os empreiteiros, também por questões financeiras. Está tudo pronto, está a equipa treinada, foi precisa formação para a nossa equipa que nunca manuseou pavimentadoras. Temos boa gente, temos bom equipamento e as cinco ou seis operações que já foram executadas demonstram isso. Seguiremos nesse trabalho e nessa linha.

O problema do trânsito junto à nova loja do McDonald's é um problema que nós conhecemos, vai ser feita uma operação de sinalética para resolver o problema. Há ali também questões de algum civismo e de falta de fiscalização da autoridade policial para resolver o problema, porque há lei estacionamento ilegal. Dar-vos nota que temos já um acordo, que está agora a ser formalizado, com a Universidade de Aveiro para usarmos todo aquele terreno ao lado para zona de estacionamento automóvel. Temos o acordo fechado, vamos formalizar um protocolo, vamos pavimentar toda aquela área grande para termos ali uma zona de estacionamento não pago. É uma oferta importante que vai

servir os clientes do McDonald's, aqueles que ainda não perceberam que há um excelente parque de estacionamento subterrâneo e à borla, a população da João Afonso de Aveiro, do futebol de vez em quando, do hospital, da Universidade, do ISCAA. Há ali muita gente, muita produção de automóvel, de necessidade de parquear e vai ser uma nova oferta, importante, que também irá ajudar nesta questão. Mas há uma operação de sinalização para resolvermos o problema de fluidez que temos naquele pequeno troço e que todos nós conhecemos quando lá passamos.

Quanto ao Continente dizer-vos o seguinte. Sempre falámos com toda a abertura, com toda a verdade, aos Srs. Vereadores do Partido Socialista e que levaram esta questão, há muito tempo, à Câmara. As obras, ali há um edifício que é uma loja, há um parque de estacionamento para cento e quarenta viaturas agregado à loja, e há um novo arruamento que, nesta fase, irá servir a loja, vai servir também para transpor as vias, mas serve também de estruturação base ao crescimento urbano. Marques Pereira, que aquilo seja zona de crescimento da cidade tem uma certa graça. Aquilo está feito há mais de dez anos e nesses dez anos não aconteceu lá nada. Que grande crescimento! Ah. Vai ser. Já não é o projetado. O vai ser é o executado. Esta operação foi uma operação que nos custou mais de um ano e meio de negociação. Não foi o Sr. Belmiro ou o seu filho que aqui passaram e disseram «olha que interessante pôr aqui uma loja Continente». Não foi assim. Depois explicarei em privado porque essas coisas não se explicam em público. As negociações nunca as discutirei em público, salvo aqueles que não são respeitadores da outra parte. Esses sim, explicam tudo em público. Os que são respeitadores como eu nunca o fazem. Dizer-vos que aquelas obras são legais, estiveram sempre executadas em conformidade entre a execução física, a obra física e o projeto. Alguns fundamentalismos de algumas pessoas de que nada pode acontecer antes da emissão do alvará nós não a partilhamos. Portanto, toda a legalidade foi absolutamente cumprida, está cumprida, a conformidade do projeto à obra é total, a obra está legal, vai acabar bem e depressa. Foi uma negociação nossa, é uma obra nossa, temos muito gosto em a desenvolver, feita com dinheiro de investidores privados, das quais este episódio comercial é o primeiro, mas irão surgir outros na área do comércio e de serviços, numa zona que nós também achamos que é de crescimento mas é preciso induzir esse crescimento e essa atratividade. Esta obra é um primeiro elemento de indução.»

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁴²

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁴³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁴⁴

Vogal Santos Costa (JPA)⁰⁴⁵

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁴⁶

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“João Pedro Dias, peço desculpa mas não consegui responder a tudo. Mas deixar claro, o que se passa na relação das trinta e cinco com as quarenta horas ou ao contrário, é a dedução de quem nos vê ao longe. Para nós prestarmos a mesma tipologia de serviços e passarmos das quarenta horas para as trinta e cinco exige-nos mais horas extraordinárias. Quando o Governo decidiu o contrário, passar das trinta horas para as quarenta horas, um dos objetivos eram poupanças financeiras. E uma das rubricas da poupança era nas horas extraordinárias. Quando nós olhamos para isto é inevitável. Há certo tipo de serviços que nós queremos continuar a dar na área da cultura, do desporto,

dos serviços urbanos, são as três áreas de maior necessidade a esse nível, mas que não há volta a dar-lhe. Nós hoje já recorremos a horas extraordinárias, especialmente nessas áreas, mas se o horário de trabalho diário passar das oito horas para as sete temos que recorrer um bocadinho mais; ou então vamos prestar menos serviços. Ou então o equilíbrio entre os dois fatores. O que é que estamos a fazer? Estamos a negociar um novo ACEP, um Acordo Coletivo de Entidade Pública, para que esteja lá um instrumento que seja claro, nós, sinceramente, não precisaríamos dele porque já o fazemos com informalidade, mesmo correndo o risco de alguma contraordenação, fazemo-lo bem na boa relação entre os nossos funcionários e as suas chefias e a direção da Câmara, que é nós termos trabalho extraordinário em que a compensação é dada por tempo e não por dinheiro. Em termos formais chama-se a isto “banco de horas” mas que se pode fazer sem o formalismo completo do “banco de horas”. É nós mantermos essa capacidade sem que o Fundo, o FAM, ou seja lá quem for, veja ali um risco de aumento da despesa com pessoal e que nos possa levar ao chumbo, á proibição. Todos nós ouvimos e lemos que as câmaras FAM estavam impedidas de passarem para o regime das trinta e cinco horas. E porquê? Por causa da leitura linear, às regras da lei e às cláusulas dos contratos, que não permitem aumentar essa despesa. Portanto, tem a ver com isto e estamos a procurar chegar a acordo com um texto que já estamos a trabalhar ao pormenor dos pontos e das vírgulas para termos essa possibilidade formalmente garantida e fazemos o exercício que já fazemos dentro da nossa Câmara mas quem olha numa perspectiva de acompanhar a nossa execução ou da inspecionar nós também temos os instrumentos para garantir que não é por aí que nós não cumprimos a regra do não crescimento da despesa no que respeita ao pessoal.

Quanto ao desbastamento das árvores, é simples. Aquilo que vamos fazer são remoções com situações diferenciadas. Em regra teremos plantação de uma nova árvore ou pavimentação da caldeira. Como a nossa presidente disse há bocado, há sítios onde a árvore está no sítio correto e iremos plantar uma nova; há sítios onde ela está mal e iremos pavimentar a caldeira. Verá que a operação vai andar ligada entre a remoção do cepo e a colocação de uma nova árvore ou a pavimentação da caldeira em causa. E temos situações dos dois tipos.

O Sr. Dr. Marques Pereira já vai no favorecimento. Esta conversa tem sempre este tipo de problema. Não há uma abordagem séria, não há uma abordagem linear, e há uma tentativa de chafurdar a seriedade e a idoneidade dos outros, neste caso a minha. Peço imensa desculpa mas vai ficar sozinho porque não lhe reconheço, a esse nível, nada. Já vamos no favorecimento. A expressão foi sua, eu só estou a repetir e lamento. Devo dizer o seguinte: assumimos com clareza, estão aqui dois vereadores que são testemunhas, que sempre que a questão foi colocada na Câmara, desde a demolição da velha casa até ao início das obras, assumimos com mediana clareza o que estava a acontecer. O que aconteceu, aconteceu com os projetos aprovados. Os projetos Santos Costa, que não haja qualquer dúvida, estão aprovados no cumprimento de toda a ordem jurídica em vigor no nosso Município, nomeadamente o PDM e, no caso mais específico, o PUCA que é o instrumento que aqui regulamenta a ocupação do nosso território a este nível. Portanto, o cumprimento é absoluto. Aquilo que se passa e são os riscos de se ser gestor, riscos com toda a clareza e transparência, é que nós aprovámos os projetos, projetos que tiveram, repito, um ano e meio de interações, pode ser demonstrado documentalmente, para chegarmos a uma solução entre as intenções do investidor e as nossas opções de ordenamento do território. A lógica que foi seguida foi chegar a acordo em relação a essa matéria, licenciar, aprovar os projetos para propiciar os atos preparatórios da sua execução, como sabem depois da aprovação do projeto de arquitetura há a aprovação dos projetos de especialidade e que, num país civilizado, não são necessários.

Em Portugal, como temos a mania de mandar em tudo é que a Administração Pública licencia projetos da especialidade, o que é uma coisa completamente abstrônsia, porque a nossa responsabilidade é nula nos projetos de especialidade, mas em Portugal temos que os aprovar. E o que é que aconteceu? Neste caso, que não foi o primeiro e não vai ser o último, aconteceu, com tudo pronto, com a garantia de que os projetos estavam todos aprovados, por solicitação da empresa, por causa da sua necessidade de iniciar a operação, de dar emprego a cinquenta pessoas, o mais rapidamente possível, com data fixada, e um dia destes já vão perceber qual é a data, solicitaram a possibilidade de avançarem. Com tudo aprovado. Apenas por impossibilidade de ter as especialidades aprovadas, aquelas coisas absurdas que vêm da EDP, da GALP e mais não sei do quê, de toda a gente, as especialidades que não têm nada a ver com as questões cruciais de cêrcea, de implantação, que são as questões que nos interessam em termos de ordenamento e onde nós mandamos mesmo. Aquilo que fizemos foi permitir. Não foi a primeira vez e não será a última para que os nossos investidores possam executar e cumprir os seus preceitos temporais. Só quem não é investidor, só quem não sabe o que é um investimento é que não percebe isto. Dirá o Senhor Dr. porque é que não avançou com uma contraordenação? Vamos usar esse cenário em que naquele período de três, quatro ou cinco semanas, entre o início físico e a emissão dos dois alvarás, porque são dois alvarás, há uma obra de construção do edifício e há uma obra de urbanização. São dois alvarás, emitidos em dois dias consecutivos. A lógica é tão simples quanto isto. Nós temos a garantia absoluta de que o que vai ser executado cumpre o projeto e se nós formos avançar com uma contraordenação no primeiro dia ou no segundo dia da execução física avança a contraordenação e vai haver um tempo em que está emitida a licença e a contraordenação será arquivada. O preceito que trouxemos para a nossa Câmara é nas ilegalidades, o cidadão que faz uma obra ilegal e que depois tem uma contraordenação se ela for licenciável paga uma coima baixa, se ela não for licenciável paga uma coima alta, se a obra está feita em respeito por um projeto aprovado a contraordenação é arquivada sem qualquer pagamento de coima. Atualmente, neste mandato, há regras para a gestão das contraordenações e para aplicações de coimas. Como sabeis, durante muitos anos, as contraordenações estiveram paradas. Nós hoje estamos a despachar contraordenações de dois mil e onze, doze e treze. Vamos aí, estamos a recuperar. Portanto, claro e cristalino, com todo o rigor, com toda a legalidade, neste e em qualquer outro processo. Lamento profundamente que, depois das coisas esclarecidas na Câmara Municipal e na praça pública, porque esta matéria já veio à praça pública, o Partido Socialista queira manter a discussão usando, hoje, uma palavra mais delicada que é a palavra favorecimento. Nós estamos aqui para trabalhar com legalidade e para sermos uma câmara que atraia investimento, que é amiga dos investidores, obviamente sem um milímetro de cedência em relação ao escrupuloso cumprimento da lei e dos regulamentos municipais que estão em vigor.”

Presidente da Mesa⁰⁴⁹

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁰

“Senhor Presidente a questão é simples. Nós concordamos (como há bocado esclarecemos) que não há violação do Plano. A questão que está aqui em causa é a falta de emissão da licença!?”

E a questão torna-se mais delicada porque V.Exa começou por dizer que a negociação era secreta, mas por outro lado diz que o processo existe (e necessariamente existe) e, portanto, que venha o processo. Que se dê nota do processo.

Por outro lado, o Senhor Presidente diz que esteve duas, três semanas, para licenciar. Oh senhor Presidente, isto não é de palpite nas datas. O Senhor tem que dizer quanto tempo é que esteve a obra sem emissão da licença para nós aferirmos do problema em concreto. Depois também remete-nos para dois alvarás! Desconhecia que existiam dois alvarás – um para o loteamento e outro propriamente para a construção. Vexa também aqui disse e bem, que uma coisa é existir uma obra que não cumpre um plano. E nisso há uma coima. Mas disse também que uma coisa é iniciar-se uma obra que cumpre o plano, mas que não tem licença e que essa licença se passa à posterior e que tem uma coima menor. O Senhor Presidente disse isto.

E portanto todos os cidadãos pagam uma coima se iniciarem uma construção a cumprir o plano (ouvem-se vozes). Muito bem Senhor Presidente, eu calo-me e Vexa explica.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

“Senhor Dr. primeiro a questão da negociação secreta. E agradeço muito que não deturpe as palavras, que é uma especialidade recente sua! É recente sua. Mas vamos à substância. A negociação. Qualquer negociação com privados tem de ter recato. Eu tenho a obrigação de como bem disse partilhar e explicar todas as decisões. Não tenho a obrigação, não devo, explicar os pormenores de uma qualquer negociação. Isso não existe.

Este processo para licenciar um Continente teve sei lá quantas horas de reuniões, de diligências com várias empresas, Obviamente é uma loja Continente, mas depois teve vários operadores imobiliários que lutaram por ela. E portanto não é possível nem é sensato nós descrevermos n reuniões, n contatos — isso não existe em lado nenhum do mundo. O que não quer dizer que as decisões têm que ser públicas. E as decisões são todas públicas. Mas ouça lá, isso não vai ter da nossa Câmara e não vai ter de Câmara nenhuma, salvo aquelas que admito têm um processo destes de 5 em 5 anos e que levam o processo à Câmara. Nós temos competências legais, temos responsabilidades, e portanto vai à Câmara o que tiver de ir à Câmara e acabou a conversa.

E os senhores Vereadores sabem que é assim e os senhores membros da Assembleia Municipal se não sabem passam a saber. Embora deviam saber. Acesso à informação, toda. Querem saber? Dia e hora, processo ao dispor. Acabou aqui também aquela Câmara que durante muitos anos “ai aceder ao processo e tal”. Tudo. Tudo a todo o tempo. E portanto os senhores Vereadores e os Senhores membros têm acesso a tudo. Alguma dúvida sobre algum processo, força. Agora levar à Câmara Municipal para licenciar? Temos dois hotéis de 5 estrelas em licenciamento (não está nada fechado), um deles já está com pareceres positivos, o outro não — eu vou levar isso à Assembleia Municipal? À Vereação, em reuniões públicas? Mas por alma de quem, em nome de quê. Quem é que gere. Quem é que é responsável. Como é que é a nossa vida? É preciso bom senso e dar responsabilidade a quem é responsável.

Dois. Senhor Dr. eu digo-lhe com exatidão ao dia. Qual foi o dia em que se começou a fazer a peça x e os dias de emissão do alvará. Digo-lhe isso ao dia. Eu só lhe peço (e sei que tem sobre mim elevada estima e consideração), mas olhe eu não consigo ter na memória tudo sobre todos os processos e naturalmente o dia exato em que estas duas coisas aconteceram. Agora que lhe dou esses dias (porque os temos registados), com certeza. E quando eu disse três, quatro, cinco semanas, foi nesta dimensão. Agora dizer que foi no dia um e depois no dia sete não consigo de forma séria, como obviamente

quero responder a si e toda gente. O que eu disse em relação à Coimas é o seguinte: o nosso princípio é que um cidadão constrói uma obra ilegal, em desconformidade com os instrumentos de planeamento, sem projeto, e que não é licenciável, apanha uma coima. Mais alta se não é licenciável, mais baixa se é licenciável. Porque obviamente há algumas ilegalidades que são licenciáveis. Há outras que não são licenciáveis.

Um cidadão que faz uma obra em desconformidade plena, nomeadamente por não ter o título administrativo que lhe permite fazer, mas que o fez em absoluta conformidade com as regras, pode haver um processo de contra ordenação que não acaba numa coima — arquivamos.

E percebi depois na sua frase final que há aí uma baralhação. Uma contra ordenação não é uma Coima. Uma contra ordenação é um processo que trata algo e que tem uma decisão final depois de ouvidas as pessoas. Isto é, tem uma tramitação. E depois chegamos ao fim e tomamos uma de tantas decisões que pode ser arquivar, admoestar (há situações em que aplicamos uma admoestação) que é uma repreensão escrita formal sem sancionamento financeiro. E depois há a aplicação de coimas de graduação diversa que nós graduamos consoante a dimensão da ilegalidade, lembrando aos cidadãos que aquilo que acontecia até 1996, que era que as Câmaras consideravam que quando se pagava uma multa estava legalizada a ilegalidade, não é assim. Uma coisa é pagarmos uma multa por cometermos um ato ilegal, outro é por pagarmos a multa o ato ilegal passou a legal. E portanto é este quadro claro que nós estamos a usar para gerirmos o passivo (que estamos a tentar por em ordem o mais rapidamente possível) e os excessos que vão acontecendo. Tomáramos todos que os vários processos de contra ordenação fossem de coisas todas licenciáveis e nós não tivéssemos de aplicar coimas a ninguém. Tínhamos o maior gosto, mas não é esse o mundo. Esperemos que sejam esses os casos cada vez mais dominantes. Porque essa não é a gravidade. Aliás, o licenciamento zero de muitas coisas já é isto. É eu cidadão que sei as leis, pratico o meu ato, e não passo um aí à administração ou então vou à plataforma dizer, pratiquei este ato. E depois a administração toma conhecimento e depois aciona os mecanismos de fiscalização a posterior. E é para aqui que caminhamos. É evidente que isto para culturas anglo-saxónicas funciona muito bem, para culturas latinas é um bocado mais complicado. Mas é para qui que caminhamos. Os cidadãos sabem as regras. Os técnicos cumprem as leis e os regulamentos e a administração tem cada vez menos um papel licenciador, cada vez mais um papel fiscalizador. Muito obrigado Senhor Presidente.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Devido ao adiantado da hora, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵³ a primeira reunião da Sessão Ordinária novembro/dezembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 04 de dezembro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 28 de Novembro de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)